



Museu Nacional
do Azulejo

MANUAL DE FORMAÇÃO PARA GUIAS DE
TURISMO E AGENTES CULTURAIS

Palacete da Rua Formosa e
o circuito azulejar do Centro
Histórico de São Luís

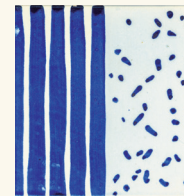


MANUAL DE FORMAÇÃO
PARA GUIAS DE TURISMO
E AGENTES CULTURAIS

Museu Nacional do Azulejo, Palacete da Rua Formosa e o circuito azulejar do Centro Histórico de São Luís

*“Casas, sobrados, igrejas e prédios públicos são
como azulejos manufaturados de um tapete em
que não se encontram duas peças iguais, mas
todas se completam em um único desenho.”*

Olavo Pereira da Silva Filho, 2010



Concepção e textos
Déborah Gouthier

Consultoria de conteúdo
Stella Brito

setembro 2026

Sumário

4	Apresentação
6	São Luís: Patrimônio Mundial
10	Palacete da Rua Formosa
11	Quase 200 anos de vida
16	Resgatando um pedaço de São Luís
20	Cidade dos Azulejos
22	<i>Az-zullaju</i>
26	Os tantos jeitos de azulejar
36	Patrimônio e turismo
38	Museu Nacional do Azulejo
39	Um museu-testemunho
42	Um museu-reflexão
44	Mediação Cultural
47	Quando o fim dá início ao percurso
50	Roteiro sugerido
52	Palacete da Rua Formosa
53	Largo do Carmo
56	Teatro Arthur Azevedo
58	Praça João Lisboa
60	Praça Benedito Leite
62	Praça Pedro II
64	Catedral Metropolitana de São Luís
66	Avenida Pedro II
69	Baía de São Marcos
70	Beco Catarina Mina
71	Rua Portugal
74	Rua da Estrela
76	Rua do Giz
78	Rua Direita
79	Palacete da Rua Formosa
102	Bibliografia consultada e sugestões de leitura

Apresentação

São Luís guarda, em suas ruas, edificações, saberes e modos de viver, um patrimônio cultural de valor singular. Reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial, seu Centro Histórico reúne testemunhos de diferentes tempos e formas de ocupação da cidade. Entre eles, destaca-se o patrimônio azulejar, cuja riqueza, diversidade e presença marcante nas fachadas fizeram com que a capital maranhense se tornasse conhecida, desde a segunda metade do século 19, como a Cidade dos Azulejos.

Conhecer esse patrimônio é condição essencial para valorizá-lo e preservá-lo. Por isso, a formação de guias de turismo e agentes culturais assume papel estratégico: são esses profissionais que, no contato direto com moradores e visitantes, transformam informações históricas, arquitetônicas e artísticas em experiências de descoberta, diálogo e pertencimento. Uma mediação qualificada não se

limita a transmitir dados. Ela ajuda a interpretar os bens culturais, relacioná-los às trajetórias das comunidades e despertar a compreensão de que o patrimônio permanece vivo quando é reconhecido, cuidado e compartilhado.

Este Manual de Formação foi concebido para apoiar esse trabalho. Suas páginas apresentam referências sobre a formação histórica e urbana de São Luís, a arquitetura luso-maranhense, a cultura azulejar, os princípios da conservação e da restauração e as práticas de mediação cultural. O conteúdo também propõe percursos e formas de abordagem que estimulam a observação atenta, a escuta e a participação do público, respeitando os diferentes conhecimentos, repertórios e vínculos que cada pessoa estabelece com a cidade.

No centro desse processo formativo está o imponente Palacete da Rua Formosa, edificação concluída em 1829 e testemunha de quase dois séculos da vida social, educacional, cultural, institucional e jornalística de São Luís. Ao longo do tempo, o imóvel recebeu diferentes usos, passou por adaptações e enfrentou um prolongado período de abandono e deterioração. Sua restauração representa, assim, mais do que a recuperação física de um monumento: constitui uma ação de pesquisa, produção de conhecimento, valorização dos ofícios tradicionais e restituição de um bem cultural à vida da cidade.

Realizada pela Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, em cooperação com o Instituto Pedra, a restauração do Palacete inaugura uma nova etapa de sua história. Como futura sede do Museu Nacional do Azulejo, o edifício reunirá memória, educação, pesquisa, conservação e difusão cultural, consolidando São Luís como referência para o conhecimento da azulejaria brasileira e ampliando as possibilidades de encontro entre o patrimônio e a sociedade.

A criação do Museu Nacional do Azulejo reforça a importância de preparar profissionais capazes de apresentar tanto a beleza quanto os significados desse acervo. Cada azulejo, fachada, técnica construtiva e transformação registrada no Palacete permite compreender redes comerciais, conhecimentos artísticos, relações sociais e formas de adaptação ao clima e ao território. Ao interpretar essas múltiplas dimensões, guias e agentes culturais contribuem para um turismo responsável, sensível às comunidades e comprometido com a preservação.

Esperamos que este Manual seja uma ferramenta de estudo, consulta e inspiração permanente. Que ele fortaleça a atuação dos profissionais responsáveis por acolher, orientar e provocar novos olhares sobre São Luís; estimule experiências de visita significativas; e contribua para que moradores e visitantes reconheçam o patrimônio cultural como uma herança coletiva e uma responsabilidade compartilhada. Ao formar mediadores, ampliamos a rede de pessoas capazes de cuidar da memória, comunicar seus valores e construir novas relações de afeto com a Cidade dos Azulejos.

Kátia Bogéa

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL
DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO - FUMPH



São Luís: Patrimônio Mundial

FOTO:
ALBANI
RAMOS.

Em 13 de março de 1974, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís, marcado pela paisagem de seu Centro Histórico, recebeu o tombamento federal. O título concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o reconhece como um Patrimônio Cultural Brasileiro.

Depois, em 6 de março de 1986, veio o tombamento estadual, oficializado pelo Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico (DPHAP), órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, reconhecendo uma área (ou perímetro urbano) ainda maior do que a primeira.

Juntas, elas somam mais de 5.600 imóveis, que ocupam cerca de 220 hectares, o equivalente a 300 campos de futebol, que abrangem ruas, praças, comércios, becos, templos religiosos e casas do centro antigo, formado, atualmente, por 13 áreas dentro do perímetro do Anel Viário: Praia Grande, Centro, Desterro, Portinho, Madre de Deus, Goiabal, Lira, Correia, Vila Passos, Apicum, Diamante, Camboa e Fabril. Ali está localizada, ainda, a maior predominância de azulejos remanescentes dos períodos colonial e imperial no Brasil e o maior conjunto de azulejaria de fachada de toda a América Latina.

Até que, em 6 de dezembro de 1997, o Centro Histórico de São Luís foi reconhecido também como Patrimônio Mundial.

Esse título é concedido pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (Unesco) a bens que se destacam por sua importância para a memória, identidade e criatividade dos povos e a riqueza das culturas. A proposta passou a ser formatada a partir de uma convenção internacional aprovada em 1972, partindo da ideia de que a degradação ou o desaparecimento desses bens pode gerar uma perda real e significativa para povos de todo o mundo. Por isso, a escolha do que compõe essa lista, leva em consideração o chamado *valor universal excepcional* dos bens, ou seja, um valor tão grande, que sua importância ultrapassa as fronteiras nacionais e passa a ser de interesse de toda a humanidade.

O Brasil possui, atualmente, 26 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e o Centro Histórico de São Luís foi o oitavo a receber esse título. A área reconhecida é a mesma do tombamento federal, destacada pelo “exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial e tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca” (ICOMOS, 1997).

PATRIMÔNIO MUNDIAL OU PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE?

Assim como a política federal de patrimônio cultural estabeleceu os instrumentos do tombamento para os bens de natureza material e do registro para os bens de natureza imaterial, a Unesco também mantém diferentes instrumentos de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio. Desse modo, monumentos, grupos de edifícios e locais de interesse (ou, melhor dizendo, os bens do patrimônio material) formam a lista do Patrimônio Mundial - podendo ser identificados pelas categorias de patrimônio cultural, natural ou misto. Já as práticas, expressões de vida e tradições repassadas entre gerações (o patrimônio imaterial) formam a lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Fica fácil lembrar: o Centro Histórico de São Luís é Patrimônio Cultural Mundial, enquanto o Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão é Patrimônio da Humanidade.



unesco
Intangible Cultural Heritage



Estão aí, portanto, importantes elementos da história e da formação da cidade:

O traçado urbano inspirado no modelo de povoação espanhol conhecido como Lei das Índias, aplicado em muitas cidades de colonização ibérica. Ele estabelece para o arruamento um formato semelhante a um tabuleiro de xadrez, orientado pelos pontos cardeais, formando uma perfeita simetria entre ruas e quadras - e que existe até hoje;

A harmonia do conjunto arquitetônico, de nítida influência portuguesa. Construídas em distintas técnicas construtivas e variações tipológicas (portas-e-janelas, sobrados, moradas inteiras, meias-moradas, moradas e meias, solares e palacetes), as casas formam um todo homogêneo, onde cada exemplar é uma testemunha viva da história da cidade;

E a capacidade de adaptar e criar que, a partir da contribuição dos conhecimentos africanos sobre artes e ofícios e da experiência indígena sobre as características desse território, permitiu que padrões de fazer e habitar herdados dos períodos colonial e imperial se adequassem tão bem ao clima de uma cidade equatorial e ao espírito brasileiro.

Nem os tombamentos e nem o reconhecimento como patrimônio mundial partem da ideia de uma cidade congelada no tempo. Pelo contrário, o Centro Histórico de São Luís não é uma fotografia do passado, mas o exemplo de uma cidade histórica viva, que se expande e se transforma, que continua sendo disputada e conquistada.

O título amplia a visibilidade da cidade, contribuindo para torná-la um destino de interesse para visitantes de outras partes do Brasil e do mundo. Mas é fundamental lembrar que o que atrai essas pessoas não é a chancela por si mesma, e sim o conjunto de valores que ela reconhece. Compreendê-los e destacá-los permite a produção de uma experiência turística de observação e interpretação, e de encontro, valorização e afeto. Cria, portanto, uma oportunidade de conhecer um sítio reconhecido pela Unesco, claro, mas também de perceber os significados desses valores e de refletir sobre como queremos que eles permaneçam no futuro.

RUAS QUE GUARDAM TESOUROS

A riqueza arquitetônica de São Luís extrapola a diversidade das edificações e passa por elementos construtivos e adereços que tornam seu Centro Histórico ainda mais impressionante e singular.

Destacam-se nessa rica arquitetura os impressionantes telhados, contornados por beirais e cimalkas adornados como se fossem molduras para as casas; as complexas estruturas de forros, com intrincados acabamentos para os interiores das moradas; os pisos de diversos materiais (do mármore de lioz aos ladrilhos de barro cozido) compondo verdadeiros mosaicos; os complexos trabalhos na técnica da cantaria, presentes em calçadas, escadarias, emoldurando esquadrias de portas e janelas; os artefatos de madeira, compondo peças como forros, portas e janelas em venezianas, balaustradas ou assoalhos com maestria no domínio da marcenaria; e os inúmeros trabalhos de serralheria produzidos em ferro, tanto em pequenos detalhes e adornos quanto em gradis, balcões e sacadas inteiras. De uma forma bem ludovicense, com as referências de vários povos, esses elementos se organizam e se combinam de maneira única.

Outra importante característica arquitetônica do casario ludovicense aparece nos três materiais que dão as bases para seus sistemas construtivos: a pedra, o pau e o barro. São comuns as edificações em pedra, casas de tijolos de dois furos e tijoleiras, mas também aparecem ainda paredes de taipa e arcos de pedra, e as gaiolas pombalinas, com suas estruturas tridimensionais de madeira incorporadas nas paredes de alvenaria - como acontece no Palacete da Rua Formosa.

Os espaços públicos também são fundamentais na formação do território de São Luís. O urbanismo constituído de ruas largas se abrindo para praças, largos e fontes são mais do que locais de passagem, mas formas coletivas de vivenciar o mundo. Ao longo dos anos, eles extrapolaram suas funções originais práticas e tornaram-se ambientes de troca e de convívio, cenários de festa e de fé, palcos das grandes manifestações que tanto enriquecem a cultura da cidade, como os festejos do boi, o tambor de crioula, o reggae e o cacuriá.



Palacete da Rua Formosa

Fachada do
Palacete da
Rua Formosa.

FOTO:
ALBANI
RAMOS.

Entre os diversos modos de construir, entre as distintas tipologias arquitetônicas e entre as incontáveis histórias que as ruas do Centro Histórico de São Luís têm para contar, está o Palacete da Rua Formosa, que abriga, agora, o Museu Nacional do Azulejo. O referido palacete se destaca por si só: pela imponência enquanto simbólico exemplar da aclamada arquitetura luso-brasileira na cidade e por ser, ainda, uma verdadeira crônica social de São Luís.

Ele é um retrato vivo da cidade: foi construído para ser a residência de uma família, com toda a suntuosidade daqueles primeiros tempos, mas a vida foi passando, ele foi se transformando e abrigando diversos usos. Dentro dele, é fácil se perguntar: e se as paredes falassem? Porque elas revelariam, certamente, importantes testemunhos da vida e do tempo, dos costumes e dos interesses dos ludovicenses, e de como a própria cidade mudou, década após década.

Quase 200 anos de vida

A simetria do Palacete da Rua Formosa e sua disposição em três andares, o luxo dos adornos e detalhes da arquitetura, a abundância de materiais e uma impressionante técnica construtiva são o principal testemunho de que as pessoas que ali viviam possuíam recursos suficientes para investir em estruturas sólidas e duradouras, assim como em mínimos detalhes que impusessem respeito e demonstrassem grandeza.

É justamente a combinação da escala monumental, da riqueza dos acabamentos e das inteligentes soluções construtivas que torna o Palacete da Rua Formosa um ícone da arquitetura luso-maranhense. Já na fachada, balcões de ferro minuciosamente trabalhado e esquadrias em madeira e cantaria revelam o cuidado empregado em sua construção. No interior, a planta em formato de L organiza diferentes usos em torno do pátio, onde uma extensa fachada de venezianas evidencia a adaptação da arquitetura portuguesa às condições climáticas de São Luís. São quase 11 metros de altura de esquadrias de madeira até o mirante, dispostas de modo a compor uma verdadeira parede de esquadrias com a finalidade de gerar conforto ambiental em função da alta temperatura e umidade do clima equatorial.

Os trabalhos em pedra se repetem também em elementos internos, como o piso do saguão formado por seixos rolados e mármore de lioz, perfeitamente equilibrados pela presença de elementos em madeira, como a escadaria de madeira de lei de cerca de 10 metros de altura e impressionantes curvaturas ou mesmo o forro em ripas (em espinha de peixe),

que vão compondo belos padrões geométricos. Sobretudo, a estrutura interna das paredes constituídas na técnica da gaiola pombalina, completa um conjunto em que estética, técnica e funcionalidade estão profundamente articuladas.

Foi o comerciante português Antônio Gonçalves Machado, casado com Francisca da Cunha Gonçalves Machado e pai de seis filhos, quem mandou construir um imponente palacete na Rua Formosa, número 10, cuja obra foi concluída em 1829. A pesquisa histórica ainda é inconclusiva sobre quem foi o mestre construtor responsável, mas existem duas hipóteses: José Maria Alves, conhecido como José Maria Maquinista, ou Manuel José Pulgão, ambos arquitetos portugueses, responsáveis por importantes trabalhos no Centro Histórico de São Luís. Seja qual for, o que se sabe com certeza é que as obras desenvolvidas ali só existiram graças ao trabalho artístico, intelectual e braçal de indígenas e africanos de quem a história oficial esqueceu o nome.

Acontece que dez anos depois do elegante Palacete ficar pronto, seu proprietário faleceu. Notícias de jornal revelam que a casa passou, então, a abrigar em seu pavimento térreo, um comércio de peças luxuosas para casas. Pouco mais tarde, em 1866, a Companhia de Iluminação a Gás também foi instalada em uma das salas do térreo, dividindo espaço com escritórios de advocacia e um armazém. O Hotel Central também passou pelo térreo do Palacete, ocupando parte dos andares de cima e o jardim. Ele ficava aberto para hóspedes, mas era também um importante ponto de encontro da cidade. Até a Biblioteca Popular Maranhense ficou um tempo sediada ali, com uma coleção de mais de 3 mil livros.

Em 1860, os pavimentos superiores ganharam uso como Colégio Nossa Senhora da Soledade, focado na educação de meninas. E, na década seguinte, sediando o Clube Familiar, dedicado aos bailes da alta sociedade da época e exclusivo para sócios.

Aqui cabe outro ponto interessante na história do Palacete: ele é citado e descrito em um trecho de “O Mulato”, de Aluísio Azevedo, que narra um baile do Clube Familiar. A obra é um marco da literatura brasileira, inaugurando o Naturalismo e fazendo uma importante crítica social ao racismo da época. No livro, o autor diz:

“Seis anos depois, em meados de fevereiro, havia uma partida no Clube Familiar. Era uma galanteria que os liberais dedicavam a um seu correligionário político, chegado da Corte por aqueles dias, com destino à presidência do Maranhão. Estava-se no rigor do inverno e chovera durante toda a tarde. As calçadas refletiam em ziguezague a luz vermelha dos lampiões. Alguns telhados ainda gotejavam melancolicamente, e o céu, todo negro, pesava sobre a cidade que nem uma tampa de chumbo.



Fachada de venezianas e mosaico do piso, ainda durante a obra.

FOTOS:
ALBANI RAMOS.



Não obstante, chegava bastante gente para a festa; velhas carruagens enfileiravam-se na Rua Formosa, despejando golfadas de seda e cambraia. As damas, finamente envolvidas nas ondas dos seus pufes, subiam, arrepanhando a cauda, aos salões do baile, pelo braço de homens sérios de casaca. Havia luxo. Os lances da escadaria mostravam-se juncados de flores desfolhadas e folhas de mangueira, e os degraus, de quatro a quatro, estavam guarnecidos por grandes vasos de pó de pedra, vazios de planta. Espelhos de bom tamanho refletiam de alto a baixo, no corredor, os pares que subiam. Em todas as portas havia alvas cortinas de labirinto.” (Aluísio Azevedo, 1881)

Anos mais tarde, foi a vez do Clube Euterpe se abrigar por ali, onde ficou até 1910.

Nesse meio tempo, registros mostram ainda que, em 1870, o comendador Joaquim da Silva Leite comprou o Palacete dos donos originais e, por isso, a grande edificação ficou popularmente conhecida como *Solar dos Leite*. E mesmo pertencendo a uma família importante, ele seguiu com seus múltiplos usos: em 1910, por exemplo, passou a servir como Palácio de Justiça, sediando o Superior Tribunal de Justiça.

Foi nesse mesmo período, em 1906, que a Rua Formosa, como era chamada desde o traçado original que definiu a cidade, mudou de nome e passou a se chamar Rua

Com bastante animação e concorrência realizou no sabbado o seu 1º baile a phantasia, o «Club Euterpe». A decoração interna feita a capricho, está deslumbrante e encantadora, e os dois fôcos de gaz acendidos collocados na frente do edificio projectavam uma luz maravilhosa, pois, apesar da noite estar tenebrosa, ali e nas suas circumvisinhanças parecia dia.

Na porta principal tocava a banda de musica do Corpo de Infantaria.

As 11 horas em ponto a orquestra deu signal, de o fim dos foliões com uma bella symphonia, mostrando logo ser esplendida, embora bastasse para recommendal-a, estar sob a habil direcção do maestro Ignacio Cunha. Além do que do nosso *high-life* e o mais selecto em cavalheiros e familias, vimos diversos clubs de honras e custosas toilets, disputando cada qual a gallardia nos foliões.

Entre as escriptas phantasias, de bom gosto, lá estavam a Primavera e a Bailarina, representadas pelas meigas meninas Maria da Gloria e Carmelita Bello; uma interessante Bebê, pela menina Rosita Guimarães, filha do sr. João Lurino Guimarães; a Musica, representada pela scuhorita Emilia Fernandes, e vimos tambem destacando-se pelos seus portes sempre atrahentes e graciosos, as senhoritas Zenaida, Marieta e Carmen Lopes, com suas phantasias admiráveis.

Terminou o baile às 4 horas da manhã, improvisando-se uma brincadeira a piano, enquanto esperavam passar a copiosa chuva que caía sobre a cidade.

—Hoje dará este Club o 2º baile—

CLUBE EUTERPE

A festa realizada no dia 17, sabbado, nos salões do Club Euterpe Maranhense, gravou no espirito dos que a ella assistiram a mais indelével das impressões.

A sociedade maranhense, solememente representada, foi animar com a sua presença a iniciativa de um grupo de moços empreheendedores, que assim reagiam contra a monotonia das nossas noites, outrora tão ruidosas e festivas.

Esta instalação, sublinhada como foi pela abençoada das gentes maranhenses, augura o mais firme e desanuvado porvir ao Club Euterpe, que veio preencher na vida social do S. Luiz a lacuna que a ultima geração, invadida pelo desalento, mantinha em branco. A reunião reagitou esplendidamente esta sensível falha.

O palacete da rua Formosa, gaudidamente illuminado, resplandecia com um fulgor intenso, ataviado pelas *tolitais* castanhas e pelas semelhantes colunas duma feliz e sadia moeldade, que parece querer desportar do torpor em que se enovelara nos ultimos annos.

Tudo correu admiravelmente. E os velhos tiveram na illusão um bello ensejo para recordar-se dos seus bons tempos. Os moços maranhenses magnifico baile mais uma etapa do seu viver do illu-que—foi-se como as promessas, aigrante e fecundo como as auroras.

Que então barrou ao reptar e dupliqueira do animação—ou os abulhon da Pacotilha.



À esq.: Descrição do baile Clube Euterpe.

FONTE: DIÁRIO DO MARANHÃO, 02/03/1908.

Ao centro: Descrição do baile Clube Euterpe.

FONTE: A PACOTILHA, 19/06/1905.

À dir:

Rua Afonso Pena, fachada Palacete.

FONTE: ANTÔNIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA. SÃO LUÍS MEMÓRIA E TEMPO, P.412.

Afonso Pena - por conta da visita do presidente do Brasil à época. Foi só alguns anos depois que a numeração também mudou, e o Palacete passou a se localizar na Rua Afonso Pena, 46.

Com um novo endereço, de 1922 em diante, começou um período curioso no qual o Palacete abrigava ora uma escola, ora locais de festa. Passaram por ali o Colégio Rosa Castro e o Ateneu Teixeira Mendes, assim como os clubes Inferno Verde, Jazz União, Furna de Vulcano e Cassino Brasil.

Até que, em 1944, começou um capítulo à parte dessa história, quando o Palacete da Rua Formosa foi comprado por Assis Chateaubriand, fundador dos Diários Associados, a principal rede de comunicação do Brasil durante décadas. O grupo comprou dois jornais que já existiam em São Luís, O Imparcial e A Pacotilha, e os suntuosos salões de outrora passaram então a abrigar as muitas mesas da redação, maquinários e imensas impressoras, laboratório de fotografia, arquivos, salas admi-



Estrutura da gaiola pombalina exposta nas paredes do Palacete. Abaixo, detalhe da Cruz de Santo André. FOTOS: ALBANI RAMOS

GAIOLA POMBALINA

Em 1755, um grande terremoto deixou milhares de vítimas e destruiu Lisboa, a capital portuguesa. Empenhados em reconstruir a cidade de forma rápida, porém mais segura, os engenheiros do Marquês de Pombal (espécie de primeiro-ministro português à época) introduziram novas técnicas construtivas antissísmicas, que acabaram sendo implementadas também em outros locais, sobretudo entre as colônias portuguesas. Entre elas está uma estrutura chamada *gaiola pombalina*, que é justamente o que integra o sistema construtivo do Palacete da Rua Formosa.

Ela é composta por uma malha de madeira, disposta nos sentidos vertical e horizontal e travada por vigas cruzadas em forma de X (conhecidas como cruz de Santo André). Essa estrutura forma uma espécie de esqueleto para a edificação, que é, então, preenchida por uma argamassa de cal, barro e pedra. Por último vem o acabamento, com uma camada intermediária (emboço), reboco de cal e barro e, por último, a pintura.

Esse conjunto de técnicas garante mais agilidade na construção, mas também mais segurança e estabilidade para as edificações. Mesmo que nunca tenha ocorrido nenhum grande terremoto por aqui, a gaiola pombalina foi utilizada em alguns sobrados maranhenses e pode ter sido uma das principais responsáveis por manter a integridade do Palacete da Rua Formosa ao longo dos anos.

CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Preservar o patrimônio cultural, conforme estabelecido na nossa Constituição, é um dever de todos nós! Isso envolve a identificação dos bens, seu reconhecimento, proteção, normatização, fiscalização, entre várias outras ações que ajudam a garantir a permanência dos valores culturais que tornam aquele bem um patrimônio de toda a comunidade. Mas existem dois conceitos fundamentais, ao menos na política de patrimônio cultural exercida no Brasil, quando nos referimos ao cuidado material desses bens: a conservação e a restauração.

Conservação é o conjunto de medidas que devem ser feitas continuamente para reduzir ou controlar processos de deterioração de um bem, evitando que ele se arruine ou desapareça, e preservando seus valores e significados culturais. Isso inclui, por exemplo, medidas como manutenção, limpeza e reparos, que devem ser feitas por todo proprietário ou morador de uma edificação tombada.

Restauração, por sua vez, acontece quando um bem precisa da intervenção de um trabalho especializado e fundamentado para recuperar ou retomar valores e características que o destacam - como foi feito no Palacete da Rua Formosa. A intenção aqui não é reconstruir ou devolver qualquer edificação a um suposto estado original, mas encontrar as condições para que ele continue contando sua história através do tempo.

nistrativas, a rádio Gurupi, lanchonete e tudo mais que um grande jornal daquele tempo poderia precisar.

O Palacete passou quase 50 anos com os mesmos “moradores”. E é por isso que, ainda hoje, muita gente o reconhece como a sede do jornal O Imparcial - ainda que o grupo de comunicação tenha se despedido do local nos primeiros anos da década de 1990, quando realizou uma permuta com a Prefeitura de São Luís. Dali em diante, o Palacete da Rua Formosa vivenciou um longo e triste período de silêncio e deterioração.

Ele ficou anos fechado, sem uso e sem conservação, até que começou a se deteriorar. Algumas tentativas de recuperá-lo foram feitas pelo IPHAN, que realizou a estabilização estrutural do Palacete e, depois, contratou o projeto arquitetônico de sua restauração. Essa ação impediu que ele viesse abaixo, ruindo com o tempo.

Em março de 2023, a Prefeitura Municipal de São Luís, através da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH) e em parceria com o Instituto Pedra, deu início à obra de restauro do Palacete, encerrando um ciclo de cerca de 20 anos sem uso e grave arruinamento para, então, receber o Museu Nacional do Azulejo.

Resgatando um pedaço de São Luís

Para realizar a restauração do edifício e a implantação do Museu Nacional do Azulejo, a FUMPH assinou Acordos de Cooperação com o Instituto Pedra. Ambas as

Antes e depois da obra:
o Palacete da Rua Formosa
FOTOS: ALBANI RAMOS.



intervenções contaram com patrocínio da Vale. O projeto cultural de restauro do Palacete da Rua Formosa também contou com recursos provenientes do edital “Resgatando a História”, do BNDES. Esses recursos foram acessados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), do Ministério da Cultura.

Foram três anos de trabalhos de uma equipe dedicada a preservar, tanto quanto possível, seus elementos originais e características construtivas, resgatando o que estava escondido e ajudando a recuperar a memória do que já havia sido irremediavelmente transformado. Imagine só que a cada novo uso que o Palacete recebeu ao longo dos anos, era preciso fazer adaptações: abrir uma porta a mais, dividir um ambiente, criar uma nova passagem. Com o tempo, as estruturas internas foram se modificando, mas nunca houve uma transformação grandiosa a ponto de desconfigurar totalmente a edificação original.

Os trabalhos de restauração permitiram, então, uma leitura do Palacete por dentro. Antes de intervir, foi necessário investigar o estado das paredes e estruturas, para compreender o que estava escondido sob revestimentos, camadas construtivas e anos e anos de usos tão distintos. E isso revelou que o Palacete da Rua Formosa não era uma estrutura homogênea, mas um misto entre estruturas originais e construções posteriores, em um quebra-cabeças onde cabiam a gaiola pombalina, a taipa de mão e algumas alvenarias de pedra e tijolo.

Além do importante tratamento dessas estruturas, foram recuperados também alguns elementos de grande valor, como as venezianas do pátio, pisos e revestimentos. A grande escadaria que interliga os diversos pavimentos do Palacete é um ótimo exemplo da série de processos cuidadosos que ocorreram ali: só nela foram investidos dez meses de trabalho, baseado não em novas tecnologias, mas no conhecimento de ofícios tradicionais de carpintaria, que permitiram restaurar minuciosamente a madeira de lei (que inclui bacuri, angelim rajado, pau roxo, tatajuba, pequi e angelim vermelho escurecido por pigmentos), recuperando suas curvas e balaustrada, e até alguns degraus ausentes.

A obra ainda revelou segredos escondidos, como murais artísticos e camadas de pintura antigas em cores diferentes das que se tinha registro, além de uma série de objetos e materiais do passado. Também foram encontradas, no pátio interno, debaixo de um piso cimentado, grandes lajeados em mármore de lioz e seixos rolados escuros onde, antes ficava o maquinário de impressão do jornal. Cada uma dessas pedras foi reaproveitada dentro da obra, ajudando a recuperar trechos da própria edificação.

Toda estrutura encontrada ali funciona como uma pista sobre os diferentes momentos da história do Palacete e da cidade. E mostra que restaurar não é só sobre recuperar a materialidade de um bem cultural, mas uma forma de produzir conhecimento e de compreender como esse bem se transformou através do tempo.

Com a restauração do Palacete da Rua Formosa se inicia um novo capítulo para a edificação e para o Centro Histórico de São Luís: sua transformação na sede do Museu Nacional do Azulejo acompanha, mais uma vez, os caminhos e evoluções da cidade, que, cada vez mais, entende a importância de reconhecer, valorizar e preservar a sua própria história.

FOTO:
ALBANI RAMOS.





FOTO:
ALBANI
RAMOS.

Cidade dos Azulejos

São Luís possui um dos mais ricos e diversificados acervos de azulejaria histórica no Brasil. O Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão (2012) registrou um total de 423 imóveis com azulejos dos séculos 18, 19 e início do século 20, aplicados tanto nos interiores das edificações do Centro Histórico quanto nos exteriores, onde foram catalogadas 213 fachadas de imóveis, sendo 181 delas totalmente revestidas.

Toda essa abundância fez com que a capital maranhense ficasse, ainda jovem, conhecida como “Cidade dos Azulejos” ou “Pequena vila de Porcelana”. Em seus relatos de viagem pelo Brasil, publicados no início do século 20, o intelectual e viajante francês Paul Walle descreveu São Luís como uma “*ville aux petits palais de porcelaine*” (ou, em português, a “cidade dos pequenos palácios de porcelana”), impressionado pela quantidade e variedade das fachadas revestidas de azulejos.

E esse fascínio seguiu ao longo dos anos, a ponto desses revestimentos cerâmicos se tornarem um verdadeiro símbolo identitário e cultural da cidade.

No Dossiê do Inventário Participativo do bairro do Desterro (2026), que investigou os laços afetivos e comunitários no habitar o Centro Histórico de São Luís, é mencionada a presença de profissionais que mantêm viva a produção artística azulejar na região até os dias de hoje. É o caso, por exemplo, de Paulo Cesar Alves de Carvalho, conhecido como Paulinho, azulejista e professor do departamento de Artes Visuais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que aprendeu o ofício na Casa do Artesão, fundada na década de 1970.

O dossiê também traz uma menção importante: Sandra Maria Fernandes, a Dona Sandra, líder comunitária, mobilizadora e organizadora de manifestações culturais no Desterro, é identificada como uma “pessoa que virou azulejo”, em uma referência carinhosa à uma pessoa que é um patrimônio vivo, um bem valioso para a cidade e sua formação - assim como os azulejos.

Eles estão na iconografia de São Luís, na imagética e no cotidiano das pessoas. Reproduções de padrões encontrados nas fachadas azulejadas são transformados em souvenirs e presentes. Poetas, compositores, pintores, escritores e outros tantos artistas mencionam os azulejos em suas obras. E, claro, a chegada do Museu Nacional do Azulejo atrairá ainda mais atenção ao tema e à sua importância para a memória da cidade.

Az-zullaiju

A palavra *azulejo* tem origem árabe, usada para se referir a uma placa cerâmica com uma das faces vitrificadas. Designava as pequenas peças que compunham mosaicos, destacados pelo brilho que o barro ganha com as queimas, tornando-se duro e polido como uma pedra. Essa peça tão conhecida por nós é, ainda hoje, constituída de uma base de argila cozida, sobre a qual são aplicados acabamentos, planos ou em relevo, que podem ser adornados de motivos decorativos.

É nessa combinação de cerâmica, esmalte e cor que o azulejo adquire suas múltiplas dimensões, enquanto elemento de construção, de proteção, de acabamento, de higiene e de expressão artística. Sua aplicação proporciona ganhos importantes para ambientes como o de São Luís (de clima quente e úmido), como isolamento e conforto térmico - já que as superfícies esmaltadas refletem a luz solar e reduzem a infiltração da água -, mas também possibilita a produção de intrincados padrões figurativos e composições ornamentais, em inúmeras possibilidades criativas.

E, apesar da coincidência fonética, a origem da palavra não tem nada a ver com a cor azul - tão presente nos azulejos ludovicenses, que apresentam a tradição portuguesa, aprendida com os holandeses, que, por sua vez, trouxeram essa herança da China. Esse, inclusive, é um bom exemplo de como a história do azulejo no mundo é uma história de circulação.

As tradições de revestimentos cerâmicos são muito antigas, algumas remontando seu uso há 7 mil anos em civilizações orientais, e atravessando diferentes culturas, do Egito à Mesopotâmia e Pérsia. Por volta do século 11, foram os mouros que influenciaram portugueses e espanhóis a desenvolverem suas técnicas de produção, incorporando a arte de revestir paredes à sua arquitetura.

Em Portugal, especialmente, ela ganhou atenção e características próprias entre os séculos 15 e 16. Mas foi com a expansão portuguesa, que essas peças passaram a também marcar presença de maneira intensa, colorida e viva no Brasil, a partir do século seguinte. Diversas fábricas lusitanas, sobretudo de Lisboa e do Porto, exportavam seus azulejos para cá, a exemplo da famosa Real Fábrica do Rato.

Outros países produtores de azulejos, como França, Bélgica, Holanda, Alemanha e Inglaterra, também enviaram seus produtos ao Maranhão - mas a preferência, facilitada pelos tratados de comércio entre a metrópole e a colônia, era para Portugal. Além disso, a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, também estimulou a arquitetura azulejar, utilizada com a intenção de agradar a corte pelas semelhanças com Lisboa.

Mas por aqui, e especialmente no Maranhão, os azulejos se encontraram com outros materiais, um clima bem distinto, novos modos de construir e, com isso, foram buscando diferentes usos, ganhando especial força no século 19, com o desenvolvimento urbano e econômico do país naquele período - e, em São Luís, especificamente, com a prosperidade gerada pela produção e exportação de algodão e arroz.



FOTO:
ALBANI RAMOS.

DA MANUFATURA À INDUSTRIALIZAÇÃO

Vale lembrar que, naqueles primeiros anos, a produção azulejar era toda artesanal, dependendo dos recursos técnicos disponíveis à época.

O processo manual começa com a argila, moldada e prensada até ganhar o formato desejado - quadrados, em sua maioria, mas podendo ser também retangulares ou bisotados (quando as bordas são cortadas em ângulo inclinado). Depois de secar à sombra, a peça passa por uma primeira queima, sempre em temperaturas muito altas, em torno de 1.000 a 1.200 °C, até formar o chamado "biscoito". Sobre essa base é aplicada uma camada opaca de esmalte (à base de óxido de chumbo e estanho), que prepara a superfície para receber a decoração, conferindo impermeabilidade e brilho - chamada vitrificação.

Depois de pintado, o azulejo volta ao forno para uma segunda queima, que fixa as cores e o esmalte na superfície. Em alguns casos, é necessária ainda uma terceira queima, já em temperatura mais baixa.

E centenas de milhares de azulejos eram produzidos assim, um a um. Por conta disso, era comum que algumas irregularidades, deformações, craquelados e outras diferenças de tamanho, brilho, desenho ou cor fossem formados, resultantes das composições do barro, da habilidade manual para a moldagem, esmaltação e decoração e, ainda, do minucioso controle do tempo de queima dessas cerâmicas.

A Revolução Industrial proporcionou a superação de alguns desses problemas, aumentando a escala de produção para atender a larga procura por esses materiais. Tintas, impressões e novos materiais passaram a ser produzidos mecanicamente, acelerando os processos.

Apesar da forte presença da azulejaria histórica, sobretudo no Centro Histórico de São Luís, esses novos padrões industrializados também estão muito presentes na capital maranhense, ganhando força depois que uma legislação municipal, publicada em 1968, isentou de imposto predial os imóveis azulejados, com a intenção de incentivar a tradição que tanto caracteriza a cidade.

No entanto, apesar de sua importância, os azulejos assim fabricados nunca superaram, em termos estéticos, aqueles manufaturados, nos quais as irregularidades e imperfeições de cada peça são o que confere particularidade e beleza únicas. Essas marcas fazem parte da história de sua fabricação.

Inicialmente utilizados para decorar o interior das igrejas e residências mais nobres, os azulejos passaram a ser encontrados também nas fachadas, com função utilitária. Dizem até que o hábito de azulejar as paredes externas das edificações teria começado em São Luís, no Brasil, retornando a Portugal com as famílias que fizeram fortuna por aqui e quiseram exteriorizar seu poder econômico na metrópole. Santos Simões (1959), um dos maiores especialistas em azulejaria luso-brasileira, chamou esse fenômeno de “torna viagem”, o que, segundo ele, seria um “curioso fenômeno de inversão de influências” e “extraordinário exemplo de comunhão cultural”.

Seja de qual lado do oceano a tradição começou, o que se sabe ao certo é que essas trocas e influências aconteceram por séculos, reinventando as preocupações e intenções decorativas e os novos jeitos de montar esses quebra-cabeças cerâmicos. Da repetição de padrões monocromáticos e policromados, nasceram os tapetes. Do apelo estético, nasceram as combinações de cores. E os azulejos de fachadas passaram a ser encontrados em todo o litoral brasileiro, de Belém a Porto Alegre. A maior concentração dessas azulejarias, no entanto, está em São Luís e em Belém, superadas apenas pela capital portuguesa, Lisboa.

HISTÓRIAS DE ALÉM-MAR

Uma fachada de azulejos pode contar uma história que começa em outro continente. O Inventário do Patrimônio Azulejar Maranhense (2012) identificou em São Luís peças provenientes de vários países: Portugal, é claro, mas também da Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha, Espanha, Holanda, além de exemplares cuja procedência ainda é indeterminada.

Segundo o historiador Domingos Vieira Filho, o primeiro registro da chegada de azulejos a São Luís é de 1778, com mais de 107 mil unidades. Pelo oceano, mercadorias eram trocadas e se consolidavam importantes redes comerciais, ligando o Maranhão a diferentes regiões da Europa. Uma parede de azulejos pode ser lida, portanto, como um testemunho dessas rotas de comércio e das conexões internacionais da cidade.

Fachada de azulejos em Lisboa, Portugal.

FOTO: STOCK.ADOBE



FOTO:
ALBANI RAMOS.



Os tantos jeitos de azulejar

Entre 2004 e 2006, o Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão (2012) localizou azulejos distribuídos em fachadas (totalmente cobertas ou só em partes) e em interiores, onde são aplicados na decoração de escadas, corredores, cozinhas, banheiros, pátios e varandas.

No que diz respeito ao tipo de revestimento azulejar, o estudo sistematizou as aplicações encontradas em:

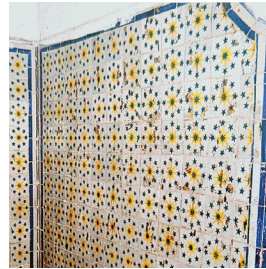
FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012).

TIPO DE REVESTIMENTO AZULEJAR

Silhar

Painéis de azulejos fixados a uma parede, geralmente em forma de barrado, usados para revestir paredes internas, principalmente em vestibulos e halls de entrada ou de escadas.

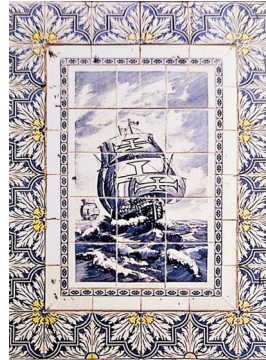
Rua do Sol, 230



Painel figurado

Composições que formam verdadeiros quadros de azulejaria, retratando figuras profanas, históricas ou religiosas.

Av. Pedro II, 221



Tarja

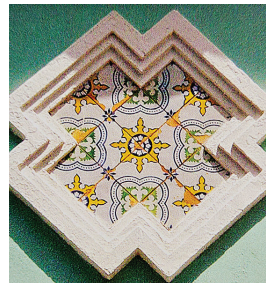
Decoração que emoldura vãos de portas e janelas, adornando algumas fachadas.



Adorno isolado

Pequenos agrupamentos de azulejos aplicados pontualmente nas fachadas, em vez de formar um revestimento contínuo.

Rua da Cruz, 200



Tapete

Formado pela repetição de padrões que cobrem paredes inteiras ou grandes áreas murais. Em São Luís, eles foram utilizados de formas distintas e criativas, não obedecendo ao padrão de composição indicado pelos fabricantes.



Cercadura

Composição que delimita a área azulejada ou faz a divisão de pavimentos. É, como o nome diz, uma forma de cercar e, assim, decorar, como se criasse um barrado.



Friso

Formados por peças retangulares que realçam os vãos das fachadas.



Registro (ou registro)

Painel de caráter devocional, geralmente com imagens de santos ou anjos, aplicado tanto no exterior quanto no interior dos edifícios.

Montanha Russa, 52

Este impressionante acervo forma 139 padrões de azulejos, distintamente dispostos. Entre as formas mais comumente utilizadas estão:

PADRÕES DE DISPOSIÇÃO

Azulejos em peças únicas dispostas lado a lado



Azulejos em peças repetidas e rotacionadas de modo a formar um padrão de quatro peças



Cercaduras (também encontradas como cantos de cercaduras)



Frisos (também encontradas como cantos de frisos)



FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012), ALBANI RAMOS E GABBIE RIBEIRO.

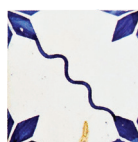
Apesar dessa variedade de padrões, é frequente a repetição de alguns deles pelas fachadas, formando uma paisagem urbana facilmente identificável e familiar para os habitantes de São Luís. Entre eles, os mais comuns são os modelos de ferradura, pintura-em-negativo e estrela-e-bicha:



Ferradura



Pintura-em-negativo



Estrela-e-bicha

FONTE DAS IMAGENS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012).

FOTO:
ALBANI RAMOS.



Os azulejos podem ser feitos em formato quadrado (o mais comum), retangular ou poligonal, plano ou relevado, podendo ser bisotado ou não. Sua espessura é variável, assim como a dimensão - e aqui cabe um detalhe interessante: geralmente, os azulejos portugueses seguem um padrão de 13,5 x 13,5 ou 14 x 14, enquanto os azulejos franceses aparecem em 11 x 11 ou 20 x 20, e os ingleses e belgas em 15 x 15. Mas isso é um padrão médio, e não uma regra seguida sempre à risca, podendo esses tamanhos variarem bastante conforme a fábrica que os produziu.

Já as técnicas decorativas refletem as tecnologias utilizadas para a produção dos azulejos ao longo do tempo. Alguns receberam pintura manual, outros foram decorados com estênceis e decalques, outros com estampagem mecânica - são inúmeras as possibilidades! As pinturas com estampilha e decalcomania, por exemplo, surgiram como alternativas à pintura manual majólica, sendo consideradas sinais da modernização dos processos de fabricação. Entre todas elas, destacam-se, em São Luís, segundo seu Inventário de Azulejaria (2012):

FOTO: ALBANI RAMOS.



FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO
AZULEJAR DO MARANHÃO (2012)
E ALBANI RAMOS.

TÉCNICA DECORATIVA



Estampilha

A decoração é feita com moldes vazados (chamados estampilhas), que permitem aplicar cada cor sobre o azulejo. Foi a técnica mais utilizada em São Luís, especialmente em exemplares portugueses, e ainda conserva, em muitas peças, pequenas irregularidades do processo artesanal.



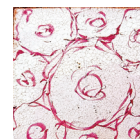
Decalcomania

Técnica na qual a decoração é transferida para o azulejo por meio de uma imagem gravada em uma placa, em processo semelhante a um carimbo ou impressão. Os exemplares encontrados em São Luís são geralmente mais minuciosos e monocromáticos, predominando azul, verde e castanho.



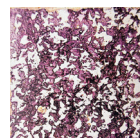
Lisos

Alguns revestimentos são de azulejos lisos, sem desenho ou padrão decorativo, utilizados pela repetição da mesma cor. O Inventário registrou exemplares em rosa, amarelo, azul, verde, creme, branco e marrom, em aplicações internas e externas.



Marmoreados

São azulejos decorados para imitar os veios e a aparência do mármore, em efeito obtido com o uso de pincel. São poucos os exemplares ainda existentes em São Luís, em que se destaque um conjunto rosa, de procedência portuguesa, na Rua do Giz.



Esponjados

Também chamada de “pedra torta”, essa técnica cria uma aparência semelhante à pedra ou ao granito, aplicando as tintas com esponja ou pincel. Surgida no século 18, aparece sobretudo em rodapés e silhares.



Majólica

A decoração é pintada à mão sobre uma camada de esmalte, que forma uma superfície branca e opaca. Em São Luís, os exemplares estão aplicados principalmente em interiores e são associados à azulejaria do século 18, com motivos florais e folhagens estilizadas.



Mista

Ocorre quando duas técnicas de decoração são combinadas em uma mesma peça ou padrão, como estampilha com retoque manual ou esponjado com estampilha. Também há registro de estampilha aplicada por aerografia, chamada de “decoração ao terceiro fogo”.



FOTO: ALBANI RAMOS.

ORIGEM

Portugal



Holanda



Ingllaterra



Bélgica



França



Aqui cabe uma dica para ajudar a identificar os azulejos por sua procedência. É muito comum que os azulejos portugueses possuam uma estrela na decoração dos cantos, além de desenhos artesanais, com composições geométricas em azul e branco ou policromadas. Já os azulejos holandeses, também marcados pelo uso do azul intenso, utilizam frequentemente figuras de canto, com estilo bem pormenorizado e uma certa frieza em seus padrões gráficos. Os azulejos ingleses, por sua vez, possuem uma base cerâmica homogênea e clara e são estampados por meio de um processo de impressão chamado litografia. Nos azulejos belgas é comum encontrarmos motivos florais, folhas estilizadas e uso frequente da decalcomania. Por fim, os azulejos franceses são marcados pela abundância de traços, arabescos, círculos e curvas, como se os azuis e violetas transbordassem da peça, sem retoques manuais.

Outro ponto curioso na iconografia: os motivos decorativos presentes nos azulejos ludovicenses fazem referência a padrões geométricos, rendas ou fitomórficos (formas de plantas ou outros elementos vegetais), retratando, muitas vezes, plantas que não fazem parte da paisagem maranhense (como a flor-de-lis e a videira, por exemplo), mas da flora europeia. De tanto serem reproduzidas nos casarios, contudo, essas imagens passaram a fazer parte do imaginário da cidade, incorporadas à sua identidade.

Ao longo do século 20, sobretudo a partir da década de 1970, um novo formato ganhou força na cultura azulejar ludovicense: os painéis figurativos. Aqui, os artistas transformam o azulejo em tela, e compõem figuras artísticas, com referências à paisagem, ao folclore, à religiosidade e à cultura popular, formando uma tradição que continua viva até hoje.

O Inventário de Conhecimento dos Painéis Figurativos em Azulejo do Século 20 em São Luís, realizado em 2025 pela arquiteta Stella Brito, a serviço do Instituto Pedra, registrou cerca de 83 painéis desse tipo pela cidade, identificando artistas e azulejadores fundamentais para a história recente da azulejaria no Maranhão. Produzidos em prédios públicos ou privados, em tamanhos, temas e configurações tão distintas, eles ajudam a renovar a identidade azulejar da capital maranhense e expandi-la para além do conjunto histórico.

FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012) E ALBANI RAMOS.

Alguns desses importantes exemplares são:

DENOMINAÇÃO

Trabalho, Crença e Festa

AUTORIA

Antônio Almeida, 1986

LOCALIZAÇÃO

Antigo Banco do Estado do Maranhão (BEM),
Edifício João Castelo Ribeiro Gonçalves, Rua do
Egito, nº 283 - Centro



DENOMINAÇÃO

Riquezas do Maranhão

AUTORIA

Genes Soares, 1986

LOCALIZAÇÃO

Aeroporto Marechal Cunha Machado, Av. dos
Libaneses, nº 3503 - Tirirical



DENOMINAÇÃO

Monumento histórico

AUTORIA

Nagy Lajos Endre, 1973

LOCALIZAÇÃO

Casa de Cultura Nauro Machado, Rua dos Prazeres,
nº 534 - Centro (acervo adquirido pelo Museu
Nacional do Azulejo)



FOTOS: INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO: PAINEL FIGURATIVO
EM AZULEJO (2025) E MÁRCIO VASCONCELOS.

DENOMINAÇÃO

Ilha Afortunada

AUTORIA

Edson Mondêgo, 1999

LOCALIZAÇÃO

Praça Ressurreição - Anjo Da Guarda



DENOMINAÇÃO

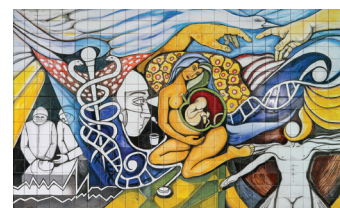
Painel de azulejos do Prédio de Medicina da UFMA

AUTORIA

Marlene Barros Ribeiro, 2014

LOCALIZAÇÃO

Praça Gonçalves Dias, nº 21 - Centro



DENOMINAÇÃO

Embarcações maranhenses

AUTORIA

Edymar Santos, 1986

LOCALIZAÇÃO

Edifício Pratik Residence, Rua dos Bicudos, nº 3
Jardim Renascença II



DENOMINAÇÃO

Enforcamento de Manoel Beckman

AUTORIA

Dila, 2012

LOCALIZAÇÃO

Prédio Paulo Freire, Curso de Pedagogia da UFMA
Av. dos Portugueses, nº 1966 - Vila do Bacanga



Entre os nomes identificados, destaca-se Nagy Lajos Endre, artista húngaro radicado no Maranhão, responsável pela produção de placas indicativas de engenhos publicitários e logradouros públicos no Centro Histórico, além de dois painéis realizados entre 1973 e 1974. Considerado precursor dos painéis figurativos daquele período, ele ministrou aulas e contribuiu para a formação de novos azulejistas, entre eles José Ribamar Pereira Fernandes, que ainda mantém ateliê na Rua do Deserto.

Outro nome de grande destaque é ELYAN (nome artístico de Luís Carlos Carvalho de Faria), responsável por 32 painéis realizados entre 1977 e 1998, encontrados em diferentes bairros de São Luís, segundo o Inventário (2025). Embora predominem paisagens em sua produção, ele também realizou registros, letreiros comerciais e trabalhos destinados a logradouros públicos. Segundo o Inventário, o artista dominou o mercado de São Luís naquele período e também deixou discípulos, entre eles Paulo César Alves de Carvalho, o Paulinho.

O levantamento identifica ainda uma extensa rede de outros artistas e azulejistas que atuaram a partir da década de 1980, como Vera Bastos Vasconcelos, Genes Soares, Antônio Alves de Almeida, Edymar Santos, Manoel Rodrigues, Milton Machado Ramos, Rogério Martins de Melo Filho, Airtton Marinho Macedo, Norberto Pedrosa Neto, Elzanira Batista Ferreira, Will Batista, Edla Batista Ferreira, Dila (Dileuza Diniz Rodrigues), Edson Mondêgo, Marlene Barros, José Ribamar Carvalho Ribeiro (Ribinha), Eder Luna, Letícia de Maria Paixão Martins de Castro e Valflor da Conceição Louzeiro Oliveira.

Nesse mesmo período, vale destaque ainda a experiência da Oficina-Escola para estudantes, realizada em 1986 no Terminal de Integração da Praia Grande, sob coordenação de Renata Casa Novas, Leila Nascimento, Edymar Santos, Diana Guimarães, José Fernandes e Nazir Amorim - uma iniciativa que reforça a ideia de que a produção dos painéis também esteve relacionada a processos de formação e transmissão de conhecimentos.

Conhecer esses painéis e seus artistas é também uma forma de reconhecer esses modos de fazer e criar que integram a memória da cidade.

Patrimônio e turismo

Decorar cada um desses nomes, técnicas ou números é o menos importante aqui. Essas informações não valem nada isoladamente. Mas é fundamental compreender que o azulejo não existe sozinho na arquitetura luso-maranhense, e sim como parte de uma combinação de materiais, que cria espaços adequados ao clima e aos modos de vida da cidade, sem deixar de lado o senso estético e a intenção artística.

Interpretar uma fachada vai além de observar os azulejos, mas perceber como eles contornam os vãos, dialogam com os gradis de ferro, se equilibram com os trabalhos em cantaria e seguem acompanhando a edificação. E como cada uma delas, por sua vez, é peça fundamental na composição da própria cidade.

O Centro Histórico de São Luís é um museu a céu aberto. Suas ruas e edifícios revelam as obras de arte nos diferentes padrões, técnicas, cores e formas de aplicação. Percorrer esse acervo de forma atenta é conhecer a história da cidade, entendendo como ela se forma, suas relações comerciais, a origem de sua arqui-

tetura, como foram criados os modos de viver dos ludovicenses, seus hábitos e mudanças ao longo dos anos.

Entre essas mudanças inegáveis está, infelizmente, um grave processo de perda do conjunto azulejar de São Luís, que deixa uma lacuna na memória da cidade e de seus moradores. O decréscimo de imóveis com fachadas azulejadas também traz um grave testemunho.

Em 1959, 270 imóveis foram inventariados por Dora Alcântara.

Em 1968, 250 imóveis foram inventariados também por Dora Alcântara.

Em 1972, Olavo Pereira da Silva Filho inventariou 221 imóveis.

Em 1986, 177 imóveis foram inventariados também por Olavo Pereira da Silva Filho.

Já em 2004, 180 imóveis foram inventariados por Zelinda Lima e sua equipe, que registrou a ocorrência de azulejos despencando das fachadas, prédios que desabaram e foram saqueados por vândalos, reformas que fragmentaram azulejos antigos; negligência, roubo, descaso das instituições e ausência de conservação por parte dos proprietários.

Para o turismo, o azulejo oferece uma oportunidade de transformar a visita em investigação sobre a cidade, sua história e seus tesouros mais valiosos. E para o patrimônio essa é uma das maneiras mais profundas de aproximação e, consequentemente, de preservação, já que o cuidado nasce do conhecimento, da relação de pertencimento, da valorização pelo afeto.



FOTO: ALBANI RAMOS.



Museu Nacional do Azulejo

Painel
“Engenhoca”,
produção
Osirarte.
Compõe
o acervo
do Museu
Nacional do
Azulejo.

FOTO:
LUIZ CASIMIRO
DE QUEIROZ.

Os azulejos ajudam a formar a paisagem urbana ludovicense com seu sofisticado quebra-cabeças, tornando-a tão colorida e singular. Mas, ironicamente, o Palacete da Rua Formosa não está entre esses imóveis catalogados por sua rica expressão azulejar. Suas fachadas não estão revestidas de belos tapetes e nenhuma dessas peças enfeita seu pátio ou sua escadaria. Seu destaque na paisagem não se dá pela imponência da repetição de padrões ou técnicas manuais seculares. Ainda assim (e, talvez, principalmente por isso), ele é um excelente ponto de partida para se compreender a azulejaria de São Luís.

Os materiais, técnicas, espaços, soluções construtivas e, sobretudo, a história do Palacete da Rua Formosa pertencem ao mesmo universo que permitiu que o uso dos azulejos se desenvolvesse e ganhasse importância, atravessando o oceano para inventar um caminho à brasileira.

Ao entrar pelas portas do Museu Nacional do Azulejo, portanto, não deixamos o Centro Histórico para trás. Pelo contrário, o levamos conosco em uma viagem pelo mundo.

Um museu-testemunho

Nesse sentido, o Museu Nacional do Azulejo nasce como porta de entrada para outras tantas histórias, abrindo os olhos e as atenções para o que, tantas vezes, nos passa despercebido. Sua proposta é ir além da exposição de peças, mas localizar o azulejo como peça central para compreender história e arquitetura, técnicas e ofícios, sociedade e cultura.

O novo espaço museográfico será a primeira instituição museológica dedicada à preservação, valorização e difusão do patrimônio azulejar no Brasil. Nele, o azulejo aparece como artefato-documento, entendido não apenas como peça cerâmica, mas considerando simultaneamente suas dimensões artística, histórica, funcional e simbólica. Ele torna-se, assim, um testemunho de como foi produzido, de onde veio, como circulou, como foi aplicado e quais transformações sofreu ao longo do tempo.

Situá-lo dentro do recém-restaurado Palacete da Rua Formosa reforça essa experiência: sua história e seus diferentes usos estabelecem uma relação entre a edificação que abriga o museu, a arquitetura de São Luís e a história da azulejaria sob uma perspectiva global. Assim, o museu também é responsável por apresentar o azulejo como parte de histórias maiores, de cidades, edifícios, pessoas, técnicas, circulação e modos de viver. E o Palacete, em seu novo percurso, passa a ser não apenas o “prédio que contém o museu”, mas parte dessa experiência de interpretação.

RELEVÂNCIA NACIONAL

A denominação “Museu Nacional” não é dada ao acaso, já que não são todos os museus que possuem essa titulação. De acordo com o Decreto nº 8.124/2013, que institui o Estatuto dos Museus, essa é uma autorização oficial concedida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), após manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, considerando a relevância nacional da instituição, de sua missão e de seu acervo.

Todo o contexto da restauração do Palacete da Rua Formosa e da criação de um equipamento cultural de alta qualidade museológica, que consolida São Luís como um lugar da memória azulejar brasileira, foi, então, apresentado ao Ibram e, em julho de 2026, o Conselho deliberou a favor da chancela de Museu Nacional do Azulejo.

A avaliação considerou a relevância nacional do acervo, a importância histórica, artística e cultural do patrimônio azulejar maranhense, o potencial educativo da nova instituição e sua contribuição para a descentralização geográfica dos museus de abrangência nacional. Na ocasião, os conselheiros ainda destacaram a importância da iniciativa para a valorização do patrimônio cultural brasileiro e para o fortalecimento de ações educativas, culturais e formativas relacionadas ao tema da cultura azulejar.

O Museu Nacional do Azulejo nasce, portanto, como um investimento no passado, no presente e no futuro da cidade e como um marco na cena cultural do país. Sua proposta curatorial ajuda a interpretar o patrimônio azulejar através dos tempos a partir de uma perspectiva que, apesar de toda a vocação para o diálogo e a cooperação internacional, ainda é genuinamente brasileira.

Pensando nisso, a complexa proposta curatorial do acervo do Museu Nacional do Azulejo exibirá uma coleção abrangente, que não se restringe à experiência ludovicense, traçando a evolução artística e técnica dos azulejos ao longo dos séculos. Esse acervo será composto por peças que representam a consolidação desse elemento decorativo na Península Ibérica a partir do século 14 até chegar às produções contemporâneas, exibindo as inúmeras possibilidades e linguagens artísticas vinculadas à azulejaria.

No âmbito internacional, a criação do Museu Nacional do Azulejo em São Luís estabelece novas conexões, reunindo experiências e reforçando relações entre instituições de memória de diversos países.

Um importante acordo de cooperação foi feito com o Museu Nacional do Azulejo de Portugal, ampliando as possibilidades de intercâmbio de conhecimentos, pesquisas, conservação e circulação de peças e informações. Essa parceria retoma, no presente, uma relação histórica de circulação entre Brasil e Portugal - agora em outra direção: não apenas objetos e técnicas atravessam o Atlântico, mas também pesquisadores, profissionais, experiências e conhecimentos.

Outras tantas nacionalidades estarão presentes no acervo, por meio de painéis, ferramentas, documentos e peças de diferentes técnicas e estéticas, permitindo ao público ampliar sua interpretação da cultura azulejar no Brasil e no mundo. Por exemplo, uma rica coleção foi cedida por Madri, na Espanha, enquanto o Governo do Irã doou dois painéis para compor a exposição permanente. Esses intercâmbios foram realizados com o apoio fundamental do Ministério das Relações Exteriores e instituições parceiras.

Mas a curadoria propõe uma atenção especial à perspectiva nacional sobre o patrimônio azulejar, com a aquisição de peças da Osirarte (responsável pela manufatura dos primeiros azulejos modernistas de Cândido Portinari para o Palácio Capanema, no Rio de Janeiro), passando pelas obras de grandes artistas como Burle Marx, Athos Bulcão, Miguel dos Santos, Francisco Brennand e Udo Knoff, até a produção de nomes contemporâneos como Adriana Varejão, Alex Cervený e Humberto Campana, mostrando que o azulejo não é um vestígio do passado, mas continua, ano após ano, sendo matéria de pesquisa, experimentação e criação artística.

Os maranhenses também terão presença garantida no novo espaço cultural, cujo acervo inclui painéis do já mencionado artista Paulinho, da região do Desterro, e de Silvana Mendes, artista da nova geração que produziu uma obra de azulejos a frio para o Museu. Entre as pratas da casa está, ainda, Thiago Martins de Melo, artista visual responsável pelo painel de 8 metros de altura que ficará exposto no pátio do antigo Palacete.



Azulejo iraniano, compõe o acervo do Museu Nacional do Azulejo.

FOTO: LUIZ CASIMIRO DE QUEIROZ

Um museu-reflexão

Além das exposições permanentes, o museu também sediará eventos, palestras e atividades educativas, proporcionando uma experiência imersiva para visitantes de todas as idades.

Esse importante projeto foi iniciado antes mesmo da inauguração do novo espaço cultural, com a realização de 72 visitas guiadas pelo Palacete da Rua Formosa para escolas da cidade e de seminários sobre a temática azulejar com especialistas nacionais e internacionais, promovendo diálogos que ajudaram a aproximar o espaço museológico da população e a discutir seus desafios, abordagens, interesses e possibilidades nos dias de hoje.

Nesse mesmo ímpeto, o maior painel figurativo de azulejos de São Luís está sendo restaurado - em uma ação que revela a força que a implantação do museu já traz para a cidade. Trata-se da obra intitulada “Trabalho, Crença e Festa”, de autoria do artista plástico e poeta maranhense Antônio Almeida. Com mais de 257 metros quadrados de azulejos, que podem ser vistos à direita do Palacete da Rua Formosa, ela está instalada na fachada lateral do Edifício João Castelo Ribeiro Gonçalves, antiga sede do Banco do Estado do Maranhão (BEM), atual Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), e retrata a alma ludovicense, representando personagens da cultura local, como os pregoeiros e os brincantes do boi.

A reserva técnica do Museu Nacional do Azulejo, localizada onde antes era o arquivo do Jornal O Imparcial, será aberta ao público, possibilitando que pesquisadores e demais interessados acessem uma grandiosa gama de conhecimentos artísticos, históricos e científicos sobre a azulejaria no mundo.

UM PALACETE SECULAR TRANSFORMADO EM MUSEU CONTEMPORÂNEO

O projeto de restauração do Palacete da Rua Formosa e a implantação do Museu Nacional do Azulejo são ações que andam juntas desde o início. Adaptações arquitetônicas foram pensadas para oferecer as melhores condições museológicas e uma experiência completa para cada visitante.

A iluminação é um exemplo disso: um complexo sistema de luzes foi projetado para permitir a visualização plena das peças azulejares, incluindo imensos painéis e obras de diferentes tamanhos e formatos.

Além disso, as equipes especializadas em restauro contratadas para a execução da obra trabalharam lado a lado com profissionais do Maranhão, deixando um importante legado na transmissão do conhecimento das técnicas para melhor atender as necessidades de conservação de conjuntos arquitetônicos complexos como os de São Luís e de Alcântara.

A produção e a divulgação do conhecimento também terão importante espaço na Biblioteca Dora Alcântara, composta pelo acervo de livros da arquiteta e pesquisadora, uma das maiores especialistas sobre o tema no país. O espaço ficará localizado em um edifício anexo ao Palacete, que pretende abrigar uma residência artística e uma fábrica de azulejos, ajudando a manter vivas as tradições azulejares e as discussões sobre como esses elementos podem estar presentes no cotidiano das pessoas e no imaginário popular.

Assim, o Museu Nacional do Azulejo cria, em torno de si, todo um polo cultural e turístico, impulsionando a economia local, promovendo a tradição e a identidade azulejar da cidade e oferecendo à população e aos visitantes uma oportunidade ímpar de aprender e apreciar a beleza e a história dos azulejos. Sua complexidade reforça a importância e a potência de um equipamento cultural desse porte habitar um território vivo e pulsante como é o Centro Histórico de São Luís.



FOTO: ERICH HESS/ACERVO IPHAN.



Mediação Cultural

FOTO: JOE
TRINDADE/
FUMPH.

O turismo tem uma importância econômica, cultural e social para São Luís e para o Maranhão. Dados recentes do Observatório do Turismo do Estado mostram que a atividade segue em crescimento e a capital permanece entre os principais polos turísticos maranhenses.

Em 2025, por exemplo, a ocupação hoteleira de São Luís chegou a 82,11% durante o período junino e a 85,62% nas festividades de fim de ano. No mesmo ano, os aeroportos do Maranhão movimentaram mais de 2 milhões de passageiros, crescimento de 13,67% em relação a 2024. Mas o turismo precisa promover experiências transformadoras e gerar o engajamento da sociedade, para além do que o fluxo aéreo e a ocupação dos hotéis da cidade podem revelar. Turismo oferece, mas também recebe, à medida que o visitante se torna um aliado, um defensor daquele lugar.

Turismo e preservação não precisam ser opostos, mas essa não é uma relação simples. Para que um contribua com o outro, é preciso planejamento, acolhimento, redução de impactos e envolvimento das comunidades, para que os benefícios da atividade turística alcancem quem vive e trabalha naquele território.

Um espaço patrimonial pode (e deve) ser um atrativo turístico sem deixar de ser, antes de tudo, um lugar de vida. No Centro Histórico de São Luís, visitantes compartilham ruas, praças e sobrados com moradores, trabalhadores, comerciantes e usuários cotidianos da cidade. Reconhecer essa dimensão é fundamental para que o turismo contribua para a valorização do patrimônio sem transformá-lo em cenário ou mercadoria desconectada de seus significados.

Por isso, o Museu Nacional do Azulejo incentiva a mediação cultural como estratégia para que o visitante estabeleça relações significativas. Mediar nada mais é do que criar pontes entre as pessoas e o bem cultural.

Nesse ponto de vista, o mediador não é o senhor de todo conhecimento, enquanto o visitante está ali como um recipiente vazio, pronto para ser preenchido por novos conhecimentos e informações. Mediação é troca: parte do que o visitante já sabe, percebe o que ele observa, sente e pergunta, para, a

partir disso, articular encontros. Por isso, uma boa visita não precisa apresentar todos os dados ou informações disponíveis, mas selecionar aquilo que é mais significativo para aquele público, criar perguntas, estimular a observação e relacionar o patrimônio com experiências e conhecimentos que façam sentido para quem está visitando.

A visita turística com base na mediação cultural foge da dinâmica de uma sala de aula. Se o cenário é a rua, o museu, a cidade, parte-se da ideia de que distintas dinâmicas e interpretações podem ocorrer. Aqui, o espaço é parte do processo de aprendizagem. O visitante pode olhar, comparar, caminhar, fazer perguntas, perceber sons, materiais, cheiros, propor hipóteses e relacionar o que encontra com sua própria experiência. Nunca é demais reforçar: escuta também é mediação.

Isso não significa desprezar o rigor histórico, a pesquisa, as evidências científicas. É importante não impor certezas, mas também diferenciar aquilo que está documentado do que é hipótese, interpretação ou tradição oral. Dizer que não sabe, que o dado não é oficial ou evidenciar que toda escolha narrativa é uma disputa não torna a visita menos interessante. Pelo contrário, reforça a relação de confiança entre visitante e mediador.

Essa confiança também parte do acolhimento. Acolher é criar condições para que o visitante se sinta seguro, respeitado e autorizado a participar. O primeiro exercício de mediação é fazer com que o visitante sinta que aquele território também pode ser acessado e compreendido por ele. E aqui entram questões fundamentais, como inclusão, diversidade, dignidade e acessibilidade - não só quanto às barreiras físicas, algumas vezes inevitáveis em um espaço como o Centro Histórico de São Luís, mas incluindo barreiras comunicacionais, sensoriais ou metodológicas. O mediador, na prática, pode descrever um elemento, explicar uma imagem, adaptar uma dinâmica, falar em outro ritmo, evitar jargões, informar sobre obstáculos antecipadamente e acolher diferentes formas de participação.

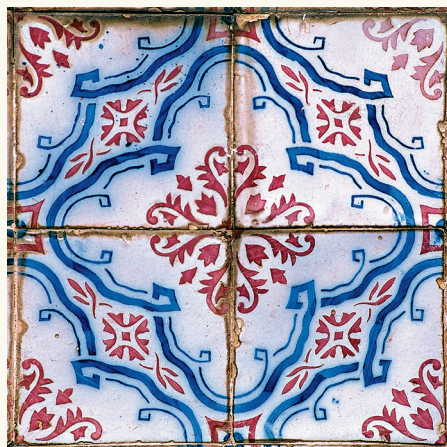


FOTO:
ALBANI RAMOS.

COMO ORGANIZAR A VISITA

Antes de começar qualquer percurso, é preciso traçar um caminho. O mediador precisa pensar a visita turística com um antes, um durante e um depois.

A primeira coisa é preparar a experiência, compreendendo quem compõe aquele grupo, quem está diante de você. É preciso pesquisa, estudo e treinamento. Uma visita para crianças não deve ser a mesma da de estudantes de arquitetura, um morador não tem os mesmos conhecimentos que um estrangeiro. Por isso, escolha bem a linguagem que vai usar, adaptando, sempre que possível, ao que o visitante precisa.

Durante a visita, lembre-se que a intenção é conduzir o visitante, não palestrar. Para isso, uma dica de ouro é partir de cinco ferramentas simples: observar > perguntar > relacionar > contar > retomar. Repare o que está diante do grupo, provoque questionamentos e reflexões, conecte detalhes aos contextos e, só depois, introduza a informação técnica ou histórica necessária. Sua atenção deve caminhar do detalhe para a história, aprendendo a olhar antes de dar respostas prontas.

Por fim, deixe espaço para depois voltar ao que estava sendo observado, amarrando laços, encerrando histórias. Faça uma avaliação de como o visitante se sentiu, o que funcionou. O visitante é um participante de uma leitura, um agente da própria interpretação. Juntos, vocês podem construir novos significados.

EM RESUMO, SE PERGUNTE:

Antes: quem é o grupo? O que ele já sabe?

Durante: o que quero que perceba?

Depois: o que quero que leve consigo?

Quando o fim dá início ao percurso

Uma visita bem mediada a um centro histórico ou a um espaço cultural não pode ser avaliada pela quantidade de informações apresentadas, por cumprimento de prazos ou percursos. Ela é bem-sucedida quando o visitante termina a experiência olhando para o patrimônio de maneira diferente da que olhava no início.

Talvez ele não memorize todas as datas. Mas pode sair perguntando por que existem tantos azulejos, perceber uma solução arquitetônica, reconhecer um padrão, compreender que aquele edifício mudou de uso ou entender por que não podemos tocar em determinada superfície. É nesse momento que a informação começa a se transformar em conhecimento e vínculo. E é essa a semente para a preservação.

Ao longo deste Manual de Formação, conhecemos o patrimônio cultural como algo muito maior do que um conjunto de edificações antigas. Ele envolve matéria e significado, memória e conflito, arquitetura e modos de vida, escolha e transformação. Conhecemos a história do Palacete da Rua Formosa, que é um reflexo da vida social na cidade, mas também acompanhamos sua restauração e chegamos ao Museu Nacional do Azulejo - onde um pequeno objeto cerâmico nos permite viajar no tempo, desbravar cidades, conhecer comércios, aprender sobre tecnologia, arte e trabalho.

EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO

A educação patrimonial representa o conjunto de processos educativos, formais e não formais, que visam colaborar para o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural. Ela considera que “os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais, e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural” (IPHAN, 2014).

A perspectiva do turismo atrelado ao patrimônio propõe um caminho de interpretação que é, ao mesmo tempo, experiência de aprendizagem e de criação de conexões entre o visitante, a cidade e as pessoas que dão sentido a ela. Mais do que apresentar edificações, identificar azulejos ou passear por museus, ela permite a percepção de como esses bens e espaços foram produzidos, transformados e apropriados pela comunidade através do tempo. Assim, conhecer o patrimônio cultural pode ser um primeiro passo para compreendermos sua importância e nossa responsabilidade coletiva sobre ele.

A mediação cultural reúne todas essas dimensões. É por meio dela que a pesquisa se transforma em encontro, que a arte se torna caminho, que o patrimônio se faz compreensível e que a visita desperta curiosidade, pertencimento e responsabilidade. O papel do monitor, guia ou agente cultural não é simplesmente contar o que sabe, mas ajudar cada visitante a construir sua própria relação com o que está vendo, usufruindo e vivenciando - sem perder de vista a história, a diversidade de vozes e a nossa responsabilidade em preservar esses bens para o futuro.

FOTO: JOE TRINDADE/FUMPH.



- 1 PALACETE DA RUA FORMOSA/
MUSEU NACIONAL DO AZULEJO
- 2 LARGO DO CARMO
- 3 TEATRO ARTHUR AZEVEDO
- 4 PRAÇA JOÃO LISBOA
- 5 PRAÇA BENEDITO LEITE
- 6 PRAÇA PEDRO II
- 7 CATEDRAL METROPOLITANA
DE SÃO LUÍS
- 8 AVENIDA PEDRO II
- 9 BAÍA DE SÃO MARCOS
- 10 BECO CATARINA MINA
- 11 RUA PORTUGAL
- 12 RUA DA ESTRELA
- 13 RUA DO GIZ
- 14 RUA DIREITA



A seguir, apresentamos um material criado e recomendado para a orientação de uma experiência de mediação cultural pelo Centro Histórico de São Luís, incluindo uma visita guiada ao Palacete da Rua Formosa, explorando a história e as características da edificação em si, valorizada enquanto sede do Museu Nacional do Azulejo. Pode ser utilizado como fundamento, base histórica e sugestão para guias turísticos e agentes culturais da cidade.

DISTÂNCIA APROXIMADA: 2 km + Palacete da Rua Formosa

INÍCIO E FIM: Rua Afonso Pena, 46
(Palacete da Rua Formosa)

SUGESTÃO DE HORÁRIO: entre 8h e 9h da manhã (para evitar sol forte)

ESTIMATIVA DE DURAÇÃO TOTAL: ~160 min (previsão com paradas e interações)

Percurso sugerido disponível no [Google Maps](#):



Roteiro sugerido

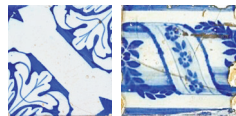
1 PALACETE DA RUA FORMOSA

Pois bem, minha gente, sejam todos bem-vindos e bem-vindas! Aqui é nosso ponto de partida e também de chegada: o imponente sobrado com mirante da Rua Afonso Pena, número 46. O pessoal chama de Palacete da Rua Formosa, porque esse era o antigo nome dessa rua, e daqui a pouco ele também vai ser internacionalmente conhecido como Museu Nacional do Azulejo! Mas antes de entrar, bora dar uma volta e conhecer melhor essa área que guarda tanta história: o Centro Histórico dessa cidade linda, São Luís! A Ilha do Amor, a Ilha da Magia, Capital do Reggae, Cidade dos Azulejos... é nome que não acaba mais, cada um com sua história e seus segredos.

ENTÃO, BORA COMEÇAR?

→ Siga pela Rua Afonso Pena pela esquerda, até a Rua do Egito, um percurso repleto de sobrados azulejados que merecem ser observados, destacando suas diferentes procedências e técnicas de decoração. Já de cara, ao lado do Palacete, no número 28, há uma fachada de azulejos portugueses, emoldurados por frisos e estampilhados em azul; em seguida, no número 34, mais azulejos portugueses azuis - e aqui há um detalhe interessante: eles estão no tapete da fachada, mas também no interior da edificação, compondo os barrados do vestíbulo e o hall da escada.

Rua Afonso
Pena, nº 28



Rua Afonso
Pena, nº 34



FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO
AZULEJAR DO MARANHÃO (2012) E
ALBANI RAMOS.

2 LARGO DO CARMO

Olha só, de saída eu já vou dizendo que a gente não vai caminhar por todo o Centro Histórico. Até porque ele é gigante, viu? São cerca de 220 hectares, mais de 5.600 imóveis, espalhados por várias áreas dentro do perímetro do Anel Viário, como Praia Grande, Desterro, Madre de Deus, Fabril, e o próprio Centro, entre outros. São mais de 400 anos de história que foram se refletindo em monumentos, casas, praças, palácios, ruas e muito mais, nos mostrando um pouco de nossa própria história, nossa fé, nosso jeito de ser no Brasil e no mundo. E é por isso que essa região é considerada um Patrimônio Cultural do Maranhão e do Brasil, além de também ser um Patrimônio Mundial. Mas vamos com calma, que agora é hora de falar um pouco mais sobre onde nós estamos.

CONVENTO E IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO E LARGO DO CARMO

Aqui na nossa frente estão o Convento e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construídos lá em 1627. Anos mais tarde, já no século 19, essa igreja recebeu um importante tapete de azulejos portugueses na fachada, feitos com a técnica de estampilha - que faz o uso de moldes vazados para a pintura manual. Vale observá-los de perto numa visita posterior!

Esse largo, o Largo do Carmo, foi o coração da cidade por muito tempo: tinha a feira, onde o povo se encontrava; tinha o pelourinho, onde os portugueses e os donos de escravos mostravam quem mandava. Mas, principalmente, tinha movimento. Até o convento já foi mais do que um lugar de oração: foi até quartel, biblioteca e escola! Aliás, dizem que São Luís tem galerias subterrâneas que ligam tudo e que o padre conseguia começar um sermão aqui mesmo e terminar em outra igreja, do outro lado da cidade! Será que é verdade?

Ainda na Praça, vários exemplares merecem atenção: os números 53 e 66, por exemplo, com tapete em estampilha colorida, de origem portuguesa; além dos clássicos azulejos portugueses azuis, nos números 78,

102 e 114. Essa cidade é cheia de obras de arte!

Daqui podemos avistar também outras duas edificações bem distintas entre si, mas que merecem nossa atenção especial: o Solar dos Belfort e o Edifício do BEM.

SOLAR DOS BELFORT

O número 37 da Praça João Lisboa abriga o Solar dos Belfort. Construído em 1756, sua fachada só ganhou esses azulejos no século 19. Mas veja como ela é toda revestida e a beleza desses azulejos portugueses verdes e estampadinhos, mais uma vez da técnica de estampilha. Esse solar já abrigou a residência da família do comendador Teixeira Vieira Belfort, que lhe dá o nome, mas também o Hotel Ribamar e o jornal A Pacotilha, no século 19, que é de onde vem o nome do beco que parte dali, o Beco da Pacotilha.

EDIFÍCIO JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES (ANTIGO BEM)

Se olharmos um pouco mais adiante, ali pela Rua do Egito, podemos ver o Edifício João Castelo Ribeiro Gonçalves, um dos primeiros arranha-céus da cidade e importante exemplar do movimento moderno por aqui. Ele foi, durante muitos anos, a sede do

Banco do Estado do Maranhão (o BEM), e abriga, atualmente, a Secretaria Municipal da Fazenda. Mas o que chama atenção é sua fachada lateral, com o maior painel figurativo de azulejos de São Luís! Intitulado “Trabalho, Crença e Festa”, a majestosa obra de mais de 257 metros quadrados é de autoria do artista plástico e poeta maranhense Antônio Almeida, e ganhou até concurso na época de sua inauguração, em 1986. O painel retrata com riqueza de detalhes a cultura ludovicense, representando a alma da cidade por meio de personagens fundamentais da nossa história, como a quebradeira de coco, os pregoeiros e os brincantes do bumba-meu-boi. É uma declaração de amor do artista pelo seu povo!

E sabe qual é a melhor parte? Todo esse tesouro está sendo restaurado, já como uma primeira ação do Museu Nacional do Azulejo para São Luís. Se olharmos para a esquerda, você vai ver o Museu logo ali. E do Museu, a gente consegue ver essa belíssima obra de arte nas alturas. Elas se comunicam à distância e o painel exerce um papel fundamental nesse nosso museu a céu aberto!

Mas vamos em frente, porque ainda temos muitas coisas incríveis para ver por essa região.

→ Contornando o Largo do Carmo, suba pela Rua da Paz até a esquina da Rua Godofredo Viana. Aqui, observe a Academia Maranhense de Letras.

Essa terra aqui, eu não sei se você sabe, mas é toda cheia dos intelectuais! Graça Aranha, Gonçalves Dias, Arthur e Aluísio Azevedo, nomes que você já deve ter ouvido por aí e até quem não é aqui do Maranhão já

ouviu também. E a verdade é que eles fizeram com que a cultura borbulhasse aqui em São Luís, gerando uma movimentação grande em torno das artes, das ideias! Por isso que nossa cidade ganhou também o apelido de “Atenas Brasileira”, uma referência aos filósofos da antiguidade grega.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS

Olha esse prédio aí, por exemplo: desde 1949 ele é a sede da Academia Maranhense de Letras. Antes disso, ele foi escola e uma biblioteca pública - já era uma casa que inspirava essa inteligência toda desde sempre, né gente?

Inclusive, falando em academia de letras, vocês sabiam que 10 escritores e intelectuais maranhenses ajudaram a fundar a Academia Brasileira de Letras, em 1897, no Rio de Janeiro, uns anos antes da fundação dessa aqui, em 1908? Pois é! Aluísio Azevedo e Graça Aranha estavam entre eles, junto com Coelho Neto e Raimundo Correia.

Ah! E você já ouviu dizer que aqui no Maranhão se fala o melhor português do Brasil?

→ Pegue à esquerda na Rua Godofredo Viana, até o Teatro Arthur Azevedo na esquina com a Rua do Sol.

FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012), ALBANI RAMOS E MÁRCIO VASCONCELOS.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Praça João Lisboa, nº 53



Praça João Lisboa, nº 66



Praça João Lisboa, nº 78



Praça João Lisboa, nº 102



Praça João Lisboa, nº 114



Praça João Lisboa, nº 200



Praça João Lisboa, nº 37



Rua do Egito, nº 283



3 TEATRO ARTHUR AZEVEDO

Ainda falando em artes: olha lá que beleza, ali, na esquina com a Rua do Sol! Esse teatro foi construído em 1817 e é o segundo mais antigo do Brasil (perde só para a Casa da Ópera, em Ouro Preto/MG, inaugurada ainda em 1770). Primeiro ele se chamava Teatro União, mas depois foi rebatizado e virou Teatro Arthur Azevedo - uma justa homenagem ao escritor e dramaturgo maranhense. Ele tem esse estilo dos teatros italianos e fachada neoclássica, além de um lustre central que é de cair o queixo. Voltem depois pra ver!

E uma curiosidade: sabia que uma atriz nasceu aqui dentro? Isso mesmo, Apolônia Pinto, nascida em 1854, enquanto a mãe, que também era atriz, trabalhava nesse mesmo palco. Incrível, né? Deram até o nome dela para o camarim nº 1 do teatro.

→ Faça uma pequena volta, subindo a Rua do Sol por mais três quadras (sentido Praça Deodoro) até o Museu Histórico do Maranhão, e depois volte pela mesma rua.

Chegamos à Rua do Sol, onde encontramos mais alguns exemplares belíssimos da arquitetura da nossa cidade. Aqui, vale darmos uma pequena volta, seguindo um pouco adiante para vermos um importante conjunto de fachadas, que apresenta uma diversidade de elementos decorativos sobre o vitrado dos azulejos. Entre eles, destaca-se o número 311, com seus azulejos portugueses azuis de estampas florais.

MUSEU HISTÓRICO DO MARANHÃO

Logo do outro lado da rua está o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, no número 302 - que no século 19 era conhecido como Solar Gomes de Souza. Alguns tesouros estão abrigados no acervo de mais este equipamento cultural da cidade. Entre eles está um silhar de azulejos com motivos orientais, neoclássico com decoração majólica, composto por 216 peças, que andou bastante pela cidade: os azulejos estavam originalmente na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, cuja edificação original foi demolida. Mas o silhar foi salvo e trasladado para o Palacete Gentil Braga (outra importante edificação da cidade, também de fachada azulejada, ali na Rua Grande). Depois disso, ele passou pelo Museu de Artes Visuais e por este Museu Histórico aqui, até ser, recentemente, cedido ao nosso querido Museu Nacional do Azulejo!

O acervo deste museu também contribuiu com mais itens importantes para o Museu do Azulejo: três figuras de convite! Elas são representações de personagens em painéis de azulejo quase em tamanho natural, geralmente colocadas em entradas, escadarias, átrios ou jardins para criar a impressão de que esses cavalheiros, damas ou guerreiros recebem e conduzem o visitante.

Logo ali em frente, virando na Rua São João número 500, temos o sobrado que serviu de residência para Carlos Fernando Ribeiro, o Barão de Grajaú, importante figura política do Maranhão no século 19. Para compor a residência de nome tão importante, a antiga fachada de azulejos possuía um azulejo especial, feito sob encomenda com o desenho de uma rosa vermelha - o único exemplar desse gênero registrado na cidade. Ele foi pintado com a técnica majólica, pintada à mão sobre uma camada de esmalte opaco!

Mas tem uma boa fofoca por trás dessas rosinhas: conta-se que a própria baronesa tenha mandado pintá-las em cada um dos azulejos da fachada, porque essa era a flor preferida do promotor e escritor Celso Magalhães. No livro "O meu próprio romance", de Graça Aranha (ilustre maranhense, diga-se de passagem), ele é descrito por trazer "na botoeira do paletó uma flor vermelha lágrima-de-sangue". Será que tinha um romance aí no ar?!

→ Retorne pela Rua do Sol, passando pela Praça João Lisboa. Nesse trecho, destaque o mais uma sequência importante de tapetes de azulejos portugueses, todos feitos de maneira artesanal, com estampilha.

FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012), ALBANI RAMOS E MÁRCIO VASCONCELOS.

Rua do Sol, nº 311



Silhar Dona Maria I, com motivos orientais nos medalhões. Cedido ao Museu Nacional do Azulejo

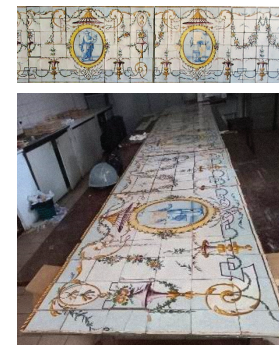


Figura de convite cedida ao Museu Nacional do Azulejo



Rua São João, nº 500



Rua do Sol, nº 95



Rua do Sol, nº 65



Rua do Sol, nº 33



4 PRAÇA JOÃO LISBOA

Após essa pequena volta para conferir o Teatro Arthur Azevedo, estamos de volta ao Largo do Carmo. Certo? Errado! Em 1901, esse espaço foi dividido e uma parte continuou sendo o largo, enquanto a outra se tornou a Praça João Lisboa.

PRAÇA JOÃO LISBOA E ESTATUA DE JOÃO FRANCISCO LISBOA

Essa estátua aqui, de bronze, é dele: o jornalista e escritor João Francisco Lisboa. E dizem até que os restos mortais dele ficam aí embaixo.

Aqui nessa praça já aconteceram protestos pesados, minha gente! Em 1951, o povo se indignou com o resultado da eleição e veio todo pra cá. No meio da confusão, botaram fogo no prédio do jornal Diário de São Luís, que ficava aqui. Foi daqui que a praça ganhou o apelido de Praça da Liberdade. Nada mais digno do que uma praça dessa ter o nome de um jornalista, não é mesmo?

Agora respire fundo e dê uma olhadinha ao redor: ao longo da nossa caminhada, eu quero que você vá reparando nas diferentes edificações. Cada uma delas conta a história de quem viveu lá, mas elas contam também sobre a cidade em si, porque em cada período da nossa história tem um jeito específico, marcante de se construir. Aí isso tudo vai se juntando até a gente ter uma beleza que nem essa cidade aqui.

Olha só, aqui na praça mesmo, repare os desenhos de pedras na calçada, as estampas que elas vão formando. Elas são chamadas de pedras portuguesas e, conta-se que eram colocadas dentro dos navios, para fazer peso e equilibrar o balanço da travessia até aqui. Quando chegava, o povo inventava o que fazer com elas e é por isso que, principalmente as cidades litorâneas do Brasil têm tantas dessas calçadas e pisos de pedra. Mas depois, você sabe como a gente é criativo,

né, o povo foi achando jeito de deixar mais bonito, inventando desenhos, esculpindo as pedras e isso virou uma marca dessa arquitetura.

Daqui também dá pra gente ver algumas fachadas repletas de azulejos, de cima a baixo, olhe lá! Esse costume de azulejar as fachadas das edificações aconteceu com um processo parecido: lá em Portugal, os azulejos eram usados para decorar a parte interna das edificações, sobretudo em igrejas e nas casas de pessoas mais ricas. Mas quando chegaram aqui, eles foram ganhando o jeitinho brasileiro e a gente resolveu colocar azulejo nas fachadas, do lado de fora, cobrindo tudo!

Essa é uma escolha que faz muito sentido pra gente, principalmente aqui em São Luís, porque eles ajudam a proteger da umidade e do calor. Mas também, não dá para negar, que essas fachadas todas cobertas assim ficam muito bonitas, não é? Quase uma ostentação!

E aí, quando o povo começou a voltar pra Europa, levaram nossas ideias com eles. Hoje em dia, em todo o mundo, a cidade com mais azulejaria de fachada é Lisboa, mas existem muitos indícios que isso tenha começado primeiro aqui, em solo maranhense. Muita coisa a gente foi fazendo desse jeito: trocando, pega uma ideia boa de lá e adaptando aqui, entendendo uma criação daqui e replicando de lá. E assim foi se criando o que hoje é chamado de arquitetura luso-maranhense, essa mistura do Maranhão com Portugal.

No caso dos azulejos, a gente fez tanto isso, e tão bem, que eles foram se

transformando em uma das principais marcas da cidade, da nossa identidade, da nossa memória. É só olhar ao redor! Não é à toa que São Luís é conhecida como a Cidade dos Azulejos!

Esse apelido, inclusive, ela ganhou ainda no final do século 19, quando um viajante francês, chamado Paul Walle, teria passado por aqui e ficado impressionado com a “pequena cidade dos palácios de porcelana”.

EDIFÍCIO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Construído em 1935, este foi o primeiro edifício da capital maranhense feito em concreto armado, marcando a chegada da modernidade na arquitetura local. Note como ele é diferente da maioria dos elementos que vimos até aqui. Com influências de art déco, abriga a sede da Empresa Brasileira de Correios no Maranhão. O arquiteto responsável pelo projeto foi Raphael Galvão, o mesmo que projetou o Maracanã.

GRÊMIO LÍTERO RECREATIVO PORTUGUÊS

Construído em 1938, a edificação de quatro pavimentos na Rua do Sol traz fortes elementos do art déco, como os vãos horizontais retos nas laterais e a platibanda, esse elemento no alto da fachada que esconde o telhado, em formato curvo, onde ainda se encontram as iniciais: GLRP - para Grêmio Litero Recreativo Português, fundado para promover encontros e eventos sociais.

EDIFÍCIO SÃO LUÍS (CAIXA ECONÔMICA)

Na esquina com a Rua do Egito, a Rua do Sol virá Rua de Nazaré! E é aqui que desponta o Edifício São Luís, um dos mais impressionantes dessa região. Construído em 1866, o sobrado de três andares possui a maior fachada revestida de azulejos portugueses da América

Latina! Repare bem: eles foram feitos artesanalmente, com a técnica de estampilha. O prédio original, que abrigou o Hotel Serra Negra, foi devastado por um incêndio no final da década de 1970 passando, então, por uma grande restauração. Hoje, ele pertence à Caixa Econômica Federal.

Agora, te proponho um exercício. Compare estes azulejos aqui, com os que vemos logo adiante, naquele painel geométrico, em preto e branco. O que você percebe de diferente entre eles?

Te conto: a fachada do número 341 é composta de azulejos feitos industrialmente, aqui no Brasil mesmo, com técnicas mecânicas. Uma grande parte dos azulejos do nosso Centro Histórico são mais antigos, feitos de forma manual, como esses azuis do número 377. Só que, com o passar do tempo, as técnicas foram evoluindo, para permitir uma produção mais rápida e em larga escala. Apesar dessas vantagens, existe um charme especial nos azulejos artesanais, não é? São justamente as irregularidades e as imperfeições de cada peça produzida à mão que conferem particularidade e beleza a cada uma delas.

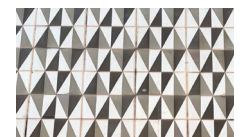
→ Continue pelo calçadão até a praça Benedito Leite.

FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012) E GABBIE RIBEIRO.

Rua de Nazaré, nº 377 (Edifício da CEF)



Rua de Nazaré, nº 341



5 PRAÇA BENEDITO LEITE

Pois bora respirar e olhar em volta! Vocês se lembram daquela história de Patrimônio Mundial que falamos lá atrás? Pois bem, entre todas as coisas incríveis, bonitas e singulares que a gente tem no mundo, a Unesco destaca uma ou outra pra presentear com esse título. Elas ganham esse reconhecimento porque são muito importantes mesmo, são um símbolo do que a humanidade tem de melhor e por isso merecem ser preservadas pra todo mundo também conhecer e admirar.

O Machu Picchu no Peru é um Patrimônio Mundial, por exemplo. A cidade de Veneza, na Itália, o Grand Canyon nos Estados Unidos, e a Grande Muralha da China também são. No Brasil todinho, apenas 26 bens estão nessa lista atualmente - e entre eles, claro, está o Centro Histórico de São Luís, essa pérola do Nordeste brasileiro.

A Unesco reconhece o nosso Centro Histórico como um Patrimônio Mundial, porque viu aqui o que eles chamam de “*valor universal excepcional*” - que é como se fosse o nosso super poder, sabe? Aqui, eles encontraram uma cidade colonial portuguesa com o desenho das ruas inspirado num modelo espanhol, mas todinha adaptada ao clima do Maranhão. Nossas ruas são mais estreitas para gerar mais sombra, as casas possuem ventilação cruzada e os azulejos vêm proteger as fachadas - tudo pra gente aguentar tanto calor e umidade!

E uma coisa a gente não pode esquecer: essa adaptação climática que a gente vem comentando e que a Unesco tanto elogiou tem muito a ver com os saberes indígenas, como a orientação solar e a posição dos ventos, por exemplo, mas também com as técnicas afro-brasileiras de como construir em lugares quentes e úmidos. Tudo isso é conhecimento ancestral incorporado ao traçado urbano!

PRAÇA BENEDITO LEITE E ESTATUA DE BENEDITO LEITE

Repare ao nosso redor como as edificações da Rua de Nazaré e da Rua da Palma formam um cenário de respeito! E observe o tesouro que é esse sobrado azulejado marmoreado em cor rosa, ainda na Rua de Nazaré. Essa técnica consiste em decorar os azulejos com uma pintura, feita com pincel, que imita os veios e a aparência do mármore, como se fosse a própria pedra. E são poucos os exemplares desse modelo ainda existentes em São Luís!

Bem no meio da praça a gente pode ver a estátua do ex-governador e senador da República, Benedito Leite. A praça ganhou o nome dele em 1906, mas desde o século 17 esse chão vê história: em 1643, os holandeses resis-

tiram por aqui ao avanço português. É isso mesmo que você entendeu: os franceses e depois os holandeses tentaram conquistar alguns territórios que os portugueses e os espanhóis dividiram entre si e essa praça foi o palco para uma parte importante dessa confusão.

ESCADARIA DA RUA DO GIZ

Antes de a gente tomar o rumo da Avenida Pedro II, tenho mais uma dica imperdível: logo ali naquela esquina está o alto da escadaria da Rua do Giz, com 32 degraus em mármore lioz emoldurados por casarões fotogênicos que só vendo! É um bom registro para as suas memórias, mas também para as redes sociais. Bora lá ver!

O legal de ter essa vista do alto da escadaria é perceber que aqui em São

Luís, numa mesma rua, a gente encontra variações da arquitetura que são muito diferentes umas das outras. Mas quando olhamos essas casas em conjunto, elas ganham uma harmonia. Você consegue perceber isso?

A mais simples entre elas é a chamada porta-e-janela, que é isso mesmo que o nome diz: uma fachada composta por uma porta e uma janela. Depois elas vão se incrementando e crescendo: se eu acrescento mais uma janela na fachada, tenho uma meia-morada. Se a casa dobra a oferta e aparece com uma porta no meio e duas janelas de cada lado, cá está uma morada inteira. Se vai aumentando o número de andares, aí já se tem um sobrado - com ou sem mirante, ou ainda um solar ou um palacete. Tem gosto (e bolso!) pra tudo!

→ Após parada no alto da Escadaria para fotos, cruze a Praça em direção à Catedral.



Rua de Nazaré, nº 284

FOTO: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012).



Rua do Giz

FOTO: GABBIE RIBEIRO.

6 PRAÇA PEDRO II

Bem-vindos e bem-vindas à Praça Pedro II. De um lado, a Catedral Metropolitana; de outro, o mar! Daqui a gente consegue entender melhor como tudo começou: esse é o trecho que marca o início da cidade, lá nos anos 1600, quando os franceses desembarcaram por aqui. E, com isso, trago uma pergunta: alguém aqui sabe como chamam as pessoas que nascem em São Luís?

É ludovicense! Uma palavra que vem de “Ludovicus”, nome em latim do rei Luís 13, lá da França. E aí você mesmo pode se perguntar: o que a gente tem a ver com o rei da França?!

Uma história rápida: o território que hoje abriga a cidade de São Luís era muitíssimo bem habitado por indígenas tupinambás e era então chamado de Upaon-Açu, a Ilha Grande. Enquanto isso, bem longe daqui, Portugal e Espanha começavam a desbravar os mares e combinaram, no famoso Tratado de Tordesilhas, que essa região aqui pertencia aos portugueses, passando a ser, então, a Capitania do Maranhão.

Mas, digamos, que os portugueses não estavam com muita pressa de colonizar essas bandas de cá. Foi aí que a Rainha da França, Maria de Médici, consentiu que um nobre, oficial da Marinha Francesa, chamado Daniel de La Touche, o Senhor de La Ravardière, montasse uma expedição para ocupar esse território. Assim foi feito e, em 1612, os franceses construíram (com a mão-de-obra dos indígenas) um forte nomeado em homenagem àquele mesmo rei, o Luís 13, fundando o Forte de São Luís.

Claro que os portugueses ficaram sabendo disso e o bicho pegou! A invasão francesa durou apenas três anos e Portugal recuperou seu domínio sobre o espaço, mudando até o nome do forte. Mas São Luís segue carregando no nome essa história, tendo sido a única capital brasileira fundada por franceses.

O tal forte ficava em uma posição estratégica, que vocês vão ver logo mais, quando chegarmos à beira-mar. Toda a nossa história, inclusive, tem muita influência dessa relação com as águas que nos cercam.

AVENIDA PEDRO II E PRAÇA PEDRO II

Aos poucos, a cidade começou a ir tomando forma e boa parte dessa longa avenida que hoje se chama Pedro II era o Largo do Palácio, um grande passeio público onde se ergueram algumas das primeiras e principais edificações de São Luís. Essa primeira célula da cidade era chamada de cidade alta, um modelo de ocupação lusitano presente em várias outras cidades brasileiras, e que mantém, até hoje, o centro administrativo, com a Catedral católica e a sede dos poderes na capital maranhense.

Mas, claro, essa avenida não era, naqueles tempos, como nós vemos hoje! No início do século 20, ela foi toda reurbanizada, recebendo um paisagismo especial e características inspiradas no urbanismo europeu, formando um largo boulevard, com canteiros e jardins e até um chafariz. Nessa mesma época, foi também rebatizada como Avenida Maranhense.

Cerca de 40 anos depois, outra obra remodelou mais uma vez a avenida, com fortes transformações, como a construção de um viaduto, a implantação de fontes e novos monumentos.

Foi só aí que ela virou esta grande Avenida Pedro III!

Essas transformações são comuns e muito marcantes em grandes centros urbanos, porque, afinal, as cidades precisam se adaptar ao novo e às necessidades de sua população. Mas fica aqui um convite à imaginação: observe a longa avenida se estendendo até o mar e imagine como seria percorrê-la 100, 200, 300 ou 400 anos atrás! Se essa rua pudesse falar, quantas lembranças ela nos contaria?

FONTE DA IARA MÃE D'ÁGUA

Como parte dessa modernização, em 1948 foi instalado aqui o conjunto de esculturas da Iara Mãe D'Água, produzido pelo escultor maranhense Newton Sá. Ele havia realizado uma visita à Amazônia e estava arrebatado pela figura desta sereia. Fato é que, logo após concluir a obra, o artista faleceu tragicamente. O povo até diz que isso foi encanto da sereia. Será? As histórias correm, minha gente!

PALÁCIO DO COMÉRCIO

Do lado esquerdo da Avenida Pedro II, ainda na esquina com a Praça Benedito Leite, está o Palácio do Comércio. Ele foi inaugurado em 1943 para abrigar a Associação Comercial do Maranhão e o Hotel Central, e é um verdadeiro tributo ao estilo art déco, com volumes geométricos e linhas retas além de uma galeria no térreo. Essas marcas de estilo se replicam também dentro do prédio, em lustres, vitrais e até nos móveis. Ah! E os murais modernistas instalados na fachada também são de Antônio Almeida, o mesmo artista do gigantesco painel de azulejos que vimos na Rua do Egito.

→ Ainda na Praça Pedro II, observar a Catedral Metropolitana de São Luís, o Palácio Arquiepiscopal de São Luís, o Museu de Arte Sacra do Maranhão e o Edifício João Goulart.



Murais de Antônio Almeida.

FOTO: ACERVO ANTÔNIO ALMEIDA.



7 CATEDRAL METROPOLITANA DE SÃO LUÍS

CATEDRAL METROPOLITANA DE SÃO LUÍS

Em contraste com a magia das nossas tradições, aqui se encontra também um dos principais pontos da fé católica propagada desde a chegada dos colonizadores: a Catedral de Nossa Senhora da Vitória, ou Catedral Metropolitana de São Luís ou mesmo Igreja da Sé de São Luís.

Seu nome é uma homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Vitória. Segundo a crença popular, a santa teria feito uma aparição durante a Batalha de Guaxenduba, que foi importante para a expulsão dos franceses pelos portugueses, transformando areia em pólvora - no que ficou conhecido como o Milagre de Guaxenduba.

Em 1690, os padres jesuítas começaram a construção, mais uma vez com mão-de-obra indígena e africana, treinada nas oficinas dos padres. Sua pedra de fundação ainda pode ser vista na sacristia! No projeto original ela possuía uma única torre e o estilo era o barroco, mas em 1922 passou por uma reforma, que acrescentou mais uma torre e novidades como a parte de cima da fachada triangular apoiado por quatro pilastras, imitando a arquitetura da antiguidade europeia (como era moda, na época). Mas, se nos aproximarmos da porta principal, você poderá ver o portal original da igreja jesuíta, feito em pedra.

Para quem aprecia a arquitetura religiosa, vale a visita ao interior da igreja! O retábulo do altar-mor em talha dourada, os painéis pintados a óleo, o teto abobadado e as imagens sacras são de impressionante beleza. Ah, e claro: a Catedral possui belíssimos dois painéis de azulejos portugueses formando uma espécie de barrado,

numa composição que é chamada de silhar. Eles podem ser encontrados na sacristia e no hall da escada da ala lateral e foram pintados manualmente, com a chamada técnica majólica.

A Igreja do Rosário dos Pretos e a Igreja de Santana também possuem silhares de azulejos como os daqui, todos do século 18. Eles testemunham justamente o período entre os séculos 18 e 19, quando o Maranhão passou a importar uma grande quantidade de azulejos produzidos nas oficinas de Lisboa, em Portugal, para compor seus templos religiosos católicos e as residências mais nobres, tanto aqui em São Luís quanto em Alcântara. Eles marcam, portanto, o início da história da azulejaria portuguesa na arquitetura maranhense.

MUSEU DE ARTE SACRA

Diretamente ligado à edificação da igreja (e em perfeita harmonia com sua fachada) está o Palácio Arquiepiscopal, construído por volta de 1625 para sediar o colégio jesuíta de Nossa Senhora da Luz, que se tornou um verdadeiro centro de difusão cultural da época. Ali eram realizadas oficinas para a produção de obras artísticas vendidas por todo o Brasil e para a Europa, além de uma biblioteca de mais de cinco mil livros!

Hoje, além de residência oficial do arcebispo da Arquidiocese da Igreja Católica, o segundo piso da edificação abriga o Museu de Arte Sacra do Maranhão, inaugurado em 2014, com uma coleção de mais de 400 objetos de arte sacra.

Mas aqui é preciso fazer uma ressalva: apesar da imponência dos edifícios

católicos e de toda sua importância para a formação do nosso povo, toda a cidade de São Luís é coberta pelas marcas vivas de outras religiosidades e diferentes expressões de fé, como, por exemplo, o tambor de mina, religiosidade de matriz africana típica do Maranhão. Vale conhecer, por exemplo, a Casa das Minas e a Casa de Nagô, tradicionais centros religiosos afrobrasileiros, localizados aqui também, no nosso Centro Histórico.

Agora é hora de seguirmos em frente por essa longa avenida, cheia de pontos icônicos da nossa capital! Mas antes disso, repare ali em frente o Edifício João Goulart, com sua fachada lateral revestida em painéis de azulejos geométricos, datados de 1956. Assim como vimos na Rua de Nazaré, eles também foram produzidos aqui no Brasil, com técnicas industriais.

→ Seguindo pela Avenida, encontre algumas tipologias e espaços marcantes até chegar à beira-mar.

Silhar da Catedral Metropolitana de São Luís



Edifício João Goulart, Av. D Pedro II, nº 220

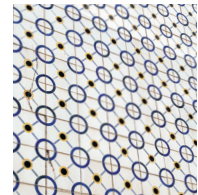


FOTO:
GABBIE RIBEIRO



8 AVENIDA PEDRO II

SOBRADOS DE ANA JANSEN E DE GRAÇA ARANHA (AV D. PEDRO II, 241)

Esse conjunto de quatro sobrados se destaca na paisagem, representando mais uma vez a diversidade de estilos e elementos arquitetônicos que marcam o Centro Histórico de São Luís. Aqui, quero propor um novo exercício: olhe e repare bem nessas fachadas, com suas semelhanças e diferenças, e imagine quantos outros tesouros cada uma dessas portas esconde. Como será que eram dispostos os cômodos dessas casas, como funcionavam, com que materiais, técnicas e mão-de-obra foram construídos?

Observá-los pode dar algumas boas dicas disso! Vamos lá.

Da esquerda para a direita, o primeiro deles é hoje a atual sede da Junta Comercial do Estado (Jucema), mas antes disso foi um dos inúmeros imóveis de

Ana Jansen, uma das mulheres mais ricas da região no fim do século 18.

Conhecida como “Rainha do Maranhão”, ela é uma personagem muito presente no imaginário ludovicense como uma figura de poder, mas também por histórias de crueldade com escravizados. Dizem por aí que seu espírito foi condenado e por isso, ainda hoje, se escutam as correntes de sua carruagem conduzida por mulas sem cabeça vagando pela cidade.

Mas, voltando à arquitetura antes que alguém tenha pesadelos, o sobrado de Ana Jansen traduz bem o chamado estilo barroco pombalino, com a fachada destacada pelo mirante ornamentado e as sacadas simétricas. Ele também possui, ainda hoje, a área que servia de senzala nos tempos da infame senhora.



Av. D. Pedro II, nº 241
("Barco à Vela")

FOTO: MÁRCIO VASCONCELOS.

Em seguida, um outro estilo bem diferente, agora com as características marcantes do *art nouveau*, com os muitos detalhes que imitam a natureza gravados nas grades ao longo da fachada e na estrutura do topo que esconde o telhado. Ele conversa com o terceiro sobrado, agora de linguagem mais clássica, com portas e janelas de arcos de mesmo tamanho. O quarto sobrado, por sua vez, também chama a atenção pela imponência. E é só olhar pra porta central, cheia de trabalhos em pedra, que a gente já consegue imaginar o tanto que os antigos proprietários eram ricos.

E você sabe quem eram esses proprietários? A família do escritor, diplomata e intelectual maranhense, pioneiro do modernismo no Brasil, Graça Aranha. Foi aqui que ele passou boa parte de sua juventude, lado a lado com as instalações do jornal O País, fundado por seu pai. Muito em breve, esse casarão receberá um novo uso, como Centro de Interpretação do Centro Histórico de São Luís - parada obrigatória para todos os apaixonados nesse Patrimônio Mundial.

Ah! E um motivo extra dessa parada obrigatória é que aí dentro, no hall da escada, está o painel figurativo de Edymar Santos intitulado “Barco À Vela”. Assim como ocorre no Edifício do BEM, com o gigantesco painel de Antônio Almeida, esse é um formato bem comum na cultura azulejar ludovicense. Nesses painéis figurativos os artistas usam um conjunto de azulejos como base para a pintura, formando um desenho artístico. É como se os azulejos formassem uma tela para pintar o que a imaginação permitir! Isso ganhou força por aqui, sobretudo a partir da década de 1970, dando espaço para muitos artistas locais e formando uma tradição que segue viva até hoje! Vamos passar por alguns deles pelo nosso caminho.

PRAÇA DOS POETAS

E já que falamos em Graça Aranha, é bem aqui que uma intervenção ainda mais recente na cidade revela uma homenagem a essa Atenas Brasileira, com seus intelectuais e escritores: a Praça dos Poetas. Inaugurada em 2020, a praça possui um mirante para a “cidade nova” que nos encontra do outro lado do mar, e também lembra alguns dos nomes fundamentais na literatura maranhense, como Ferreira Gullar e Gonçalves Dias. Quem aí conhece aquele poeminha:

“Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.”

Conhecendo um pouquinho mais de São Luís todos os dias, ousa imaginar que era dessa terra que Gonçalves Dias falava! Uma terra apaixonante, encantadora, mágica e sem igual!

FÓRUM - PALÁCIO DA JUSTIÇA CLÓVIS BEVILACQUA

Do outro lado da avenida, temos um ícone do ecletismo maranhense! O Palácio da Justiça foi inaugurado em 1948, inspirado no neoclássico, um estilo europeu dos séculos 18 e 19, que tentava reimaginar e imitar o estilo dos antigos gregos e romanos, com as imponentes colunas e a parte superior da fachada decorada. Lá em cima, a deusa da justiça, Themis, é representada sem a tradicional venda, como se não aguentasse a curiosidade de ver o movimento da avenida. O curioso é que, antes de ser a sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, a área abrigava o primeiro cemitério da cidade.

PALÁCIO DE LA RAVARDIÈRE E MEMORIAL A DANIEL DE LA TOUCHE

Aqui está mais um testemunho da organização da cidade de São Luís! Construído por volta de 1689, este foi o prédio da primeira Casa de Câmara e Cadeia - reunindo a sede da administração municipal, a prisão local e até uma pequena capela, então utilizada pelos presos. Com elementos decorativos do chamado ecletismo, ele mistura referências e materiais de diversos estilos. Mais uma vez vemos os ornamentos sendo utilizados para esconder o telhado, mas grades de ferro menos trabalhadas. Na parte interna, uma grande escadaria impressiona logo no hall de entrada - vale conferir!

Ao longo dos anos, ele passou por diversas modificações e chegou, até mesmo, a ser a sede da Prefeitura Municipal. No aniversário de 350 anos da fundação de São Luís, o prédio foi rebatizado de Palácio La Ravardière, em referência ao general francês Daniel de La Touche, que também aparece na escultura de bronze em frente ao palácio - esculpida pelo

mestre-escultor pernambucano Bibiano Silva. Como mencionado antes, La Touche, o Senhor de La Ravardière, foi o líder da expedição que navegou da França até aqui, para fundar o que chamaram de França Equinocial.

PALÁCIO DOS LEÕES (SEDE DO GOVERNO ESTADUAL)

Em 1772, o então governador Joaquim de Mello Póvoas, sobrinho do Marquês de Pombal, que governava Portugal naquele tempo, determinou que fosse construído um edifício para abrigar a sede administrativa e residência dos governadores da província do Maranhão. A ideia era reconstruir uma antiga estrutura localizada no Forte São Luís, reaproveitando elementos como telhas, portais e escada. Com o correr dos séculos, dos diferentes governos e interesses de seus tempos, a edificação foi crescendo, sendo ampliada e reformada: testemunhou o barroco colonial, o classicismo do Império, os adornos do ecletismo nos primeiros anos da República, recebeu jardins de Burle Marx nos anos 1970 e uma restauração modernista em 2012.

O Palácio é ainda hoje a sede do Governo Estadual - sendo usado como residência oficial e gabinete de trabalho do governador, mas também abriga um valioso museu, que inclui mobiliários, gravuras, porcelanas, telas e tantas outras obras que contam sobre o passar dos séculos. Nos jardins, estão os velhos canhões que protegem a cidade - e talvez seja essa uma bela representação: uma edificação que é testemunho vivo das artes e da história brasileiras, que protege e defende nossas belezas do correr do tempo.

→ Continue pela Avenida Pedro II.

9 BAÍA DE SÃO MARCOS

MIRANTE PARA A BAÍA DE SÃO MARCOS ENTRE RIOS ANIL E BACANGA

Isso é que é vista! Chegamos ao começo de tudo: o mar. O encontro entre os rios Anil (em cima) e Bacanga (em baixo), formando a Baía de São Marcos. Foi aqui que os franceses decidiram construir, no ponto mais alto do território, o Forte São Luís. Os indígenas foram os responsáveis por transformar o projeto francês em realidade, carregando canhões, construindo plataformas, casas e muralhas para defender o território.

Como já sabemos, em 1615, apenas três anos depois, os franceses foram expulsos, o forte foi reconstruído e renomeado pelos portugueses. Mas quando a gente pensa no nome da cidade, ou quando percebemos que essas muralhas seguem ainda firmes, protegendo o coração de São Luís, nem dá pra dizer que os planos franceses não deram certo.

Nesse esforço dos portugueses para organizar a cidade, eles também criaram, a partir desse ponto inicial, um traçado que determina o desenho das ruas. Com inspiração no modelo espanhol, o engenheiro Francisco Frias de Mesquita adaptou o núcleo da cidade que aqui já existia como se fosse um tabuleiro de xadrez, inspirado nos padrões das chamadas *Leis das Índias*. Esse desenho se orientava pelos pontos cardeais para propor a distribuição de ruas retas e paralelas, com um mesmo padrão de largura. É onde nascem as ruas da Estrela, do Giz, da Palma e a Rua Formosa - onde começamos nossa jornada, cruzadas pelas ruas João Vital de Matos, Quatorze de Julho, rua Direita e da Saúde.

Aproveite a vista para o mar, tire mais umas fotos e vamos, finalmente, atravessar para mais uma etapa deste mergulho.

→ Do mirante, aprecie a vista para o mar, no encontro entre os rios Anil e Bacanga. Depois, atravesse a Avenida Pedro II, retornando por um pequeno trecho dela até a Rua Djalma Dutra.

10 BECO CATARINA MINA

Ao longo dos séculos seguintes, a cidade de São Luís foi se expandindo, resultado de uma expansão da economia do Maranhão como um todo. Entre 1780 e 1820, foi o algodão que fez a região enriquecer e, depois, o açúcar manteve a roda girando. No interior, as grandes lavouras produziam cada vez mais, mas era aqui, na capital, que os comerciantes comandavam os fluxos de exportação, enviando esses produtos para vários outros países e recebendo centenas de milhares de africanos escravizados para dar conta de toda essa produção.

São Luís cresceu ocupando a área em torno do Largo do Carmo e descendo pela Praia Grande - bem para onde nos deslocamos agora, na região portuária. Em 1780 foi feito o aterro da área e construído o cais, facilitando a chegada dos materiais para a construção desses sobrados, como telhas, lajeados em lioz e, claro, os azulejos. Mais uma vez, convindo: enquanto descemos a escadaria de pedras, observe as diferenças entre as construções, a riqueza de detalhes, a diversidade de materiais!

BEÇO CATARINA MINA

Aqui a história desce em ladeira! A antiga Rua da Calçada foi transformada nessa bela escadaria de 35 degraus, toda feita em pedras de lioz. O nome oficial é Rua Djalma Dutra, mas o povo conhece mesmo é como Beco Catarina Mina, uma homenagem a Catarina Rosa Pereira de Jesus - africana da Costa da Mina. Escravizada e trazida ao Brasil, ela conseguiu comprar sua alforria e aqui, ao pé da ladeira, montou uma banca onde gente de toda a cidade vinha comer. Com isso, ela também conseguiu comprar a liberdade de várias outras

pessoas. Catarina é lembrada até hoje por seus feitos, mas também pela grande beleza e por percorrer as ruas da cidade coberta de joias e roupas elegantes - um ato forte, de afirmação e presença, em um tempo de humilhação.

→ Desça pela Rua Djalma Dutra, passando pela escadaria, até a Rua Portugal.

11 RUA PORTUGAL

Naquele tempo, a cidade respirava comércio: comerciantes e banqueiros financiavam as produções agrícolas, enquanto expandiam suas riquezas e faziam crescer a própria cidade. É importante a gente sempre se lembrar disso: a imponência desses sobrados vem do dinheiro do algodão e do açúcar, uma riqueza erguida sobre o trabalho escravizado. Os mestres de cantaria, ferreiros, talhadores e carpinteiros negros deixaram suas marcas no ferro das sacadas, na pedra das molduras, no traço das escadas - em cada canto dessa história.

RUA PORTUGAL

A antiga Rua do Trapiche, hoje Rua Portugal, foi se desenvolvendo da proximidade com o porto! A maioria das edificações que você vê ao nosso redor eram abertas ao comércio na parte térrea, mas com os andares superiores servindo como moradia dos próprios comerciantes, ou, às vezes, como hospedarias, recebendo caixeiros viajantes e visitantes de todo tipo.

O auge dessa região foi na primeira metade do século 19, quando o crescimento econômico começou a permitir também o crescimento dos sobrados: cada vez maiores e mais cheios de requinte, com inúmeros detalhes, materiais e adereços que deixavam bem claro quem eram os donos do dinheiro nessa região.

MUSEU CASA DE NHOZINHO

Logo à direita, vemos um sobrado (número 185) de três pavimentos. Construído por volta de 1855, ele possui uma fachada repleta de azulejos, vindos da França e de Portugal, produzidos em técnicas artesanais e de estampilha, formando um impressionante tapete! Desde 2002, a edificação abriga o Museu Casa de Nhozinho, um espaço dedicado ao artesanato maranhense, celebrando as belezas do cotidiano de quem vive por aqui.

O nome do museu é uma homenagem ao artesão Antônio Bruno Pinto

Nogueira, mais conhecido como Senhorzinho, ou Nhozinho! Esse grande mestre da nossa cultura popular tinha uma doença degenerativa, assim como o Mestre Aleijadinho lá em Minas Gerais, mas encontrou formas de enfrentá-la por meio da arte. Ele ficou especialmente conhecido quando transformou o talo do buriti, uma planta bem comum aqui na nossa região, em brinquedos e miniaturas que materializam as histórias e toadas do Bumba meu boi.

E aqui a gente precisa fazer uma importante parada para falar desse que é outro Patrimônio que o Maranhão lega para o mundo: o Bumba meu boi! Um dos maiores símbolos da nossa terra, esse verdadeiro complexo cultural envolve festa e devoção, se espalhando por todo o Estado. Aqui em São Luís mesmo, no período junino, os festejos tomam conta das ruas, igrejas e praças, especialmente aqui, no Centro Histórico, com uma série de celebrações que contam o auto do boi. E aí é tudo história: tem batismo e morte do boi, tem danças, tem rezas, tem toada, tem batuque, tem cazumbá, e a gente mistura tudo, daquele jeitinho bem brasileiro, onde as tradições do catolicismo popular se cruzam com os caboclos e encantados das religiões afrobrasileiras. São cinco sotaques, ou jeitos de brincar o boi, mas eu vou te dizer a verdade: quem não conhece precisa conhecer,

porque o boi é uma coisa sem igual, que não se explica, só se brinca!

Esse festejo todo também é Patrimônio Cultural do Brasil e, mais ainda, Patrimônio da Humanidade reconhecido pela Unesco desde 2019. Esse Maranhão é chique demais, né?

Então imagine que Nhozinho veio, pegou o buriti e inventou um jeito de contar e preservar essa festa assim, em forma de artesanato! Merece um museu com o nome dele, não merece? Mas lá dentro tem outras coisas também, obras de outros artistas, exposições de artesanato, sempre valorizando as tradições e riquezas do nosso cotidiano.

Assim a gente segue por essa rua que vibra as belezas do Centro Histórico, repare bem: é uma fachada de azulejo atrás da outra. Preste atenção na riqueza de detalhes, nas cores, em como eles estão dispostos. E claro, note ainda a diferença entre os casarões, quantos pavimentos têm, alguns com sacadas, outros com adornos de pedra, são muitos os nossos tesouros!

MUSEU DE ARTES VISUAIS E FUMPH

Seguindo em frente, a gente se depara com mais uma série de exemplares dessas construções do século 19, com os três pavimentos, as grades nas sacadas, os mirantes, além de algumas fachadas totalmente cobertas por azulejos portugueses, como no caso do número 273, que abriga o Museu de Artes Visuais, e o número 285, sede da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, a FUMPH.

Esses são exemplares ótimos para repararmos algumas características importantes da nossa azulejaria. A primeira delas é o uso da técnica da estampilhagem, muito presente na decoração de azulejos por aqui. Ela

consiste na colocação de uma máscara (chamada estampilha) sobre o azulejo, com o recorte do desenho que se quer reproduzir. E aí depois ele vai sendo pintado, formando esses lindos desenhos.

Outra característica muito interessante é o uso desse azul intenso, presente nos dois sobrados e em tantos outros da nossa cidade. Ele nos mostra como os azulejos são uma herança que atravessa fronteiras: sua utilização começou na China e desembarcou na Europa, tornando-se característica também das cerâmicas holandesas, que, por sua vez, muito influenciaram os portugueses. Até hoje, essa é uma cor muito associada à azulejaria em Portugal e, claro, atravessou o Atlântico chegando até a nossa linda cidade!

→ Siga pela Rua Portugal, em direção oposta ao mar, até a Rua da Estrela.

FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO
AZULEJAR DO MARANHÃO (2012)
E ALBANI RAMOS.

Rua Portugal, nº 185



Azulejos
portugueses

Rua Portugal, nº 185



Azulejos
franceses

Rua Portugal, nº 199



Rua Portugal, nº 251
e 263



Rua Portugal, nº 273
(Museu de Artes
Visuais)



Rua Portugal, nº 285
(FUMPH)



Rua Portugal, nº 295



Rua Portugal, nº 303



12 RUA DA ESTRELA

Chegamos agora à Rua da Estrela! Pense num Centro Histórico cheio de ruas de nome bonito: é Rua da Estrela, Rua do Sol, Rua do Giz, Rua da Saúde, Rua Formosa... tudo aqui é poesia! Antes de seguirmos, logo ali, à esquerda, tem mais uma dica imperdível: o Museu do Reggae!

MUSEU DO REGGAE DO MARANHÃO

Esse é o único museu dedicado a esse gênero musical fora da Jamaica, país da América Central onde ele nasceu. E isso porque São Luís também é conhecida, além de todas as belezas que você já viu, como a Jamaica Brasileira. Tem até uma lei federal que decretou que essa é a Capital Nacional do Reggae, viu?

Por aqui, o ritmo inconfundível caiu no gosto do povo que deu seu jeitinho de abraçar a coisa toda: as canções passaram a ser chamadas de melôs e se dança agarradinho, a dois. Pensa que coisa gostosa! Existem clubes e lugares pra curtir esses pedradas espalhados por toda a cidade, principalmente nas periferias, mostrando que o reggae é um hit maranhense! No museu, você pode conhecer melhor sobre como essa tradição chegou até aqui, por meio de projeções e recursos audiovisuais que ajudam a recriar o clima dos parênteses bem aqui no Centro Histórico.

MERCADO DAS TULHAS (FEIRA DA PRAIA GRANDE)

Ah, e você se lembra que lá em cima, na Avenida Pedro II, eu mencionei a “cidade alta”? Pois bem, essa região aqui é justo a cidade baixa, que concentrava o movimento portuário, com todo o transporte das cargas que embarcavam e desembarcavam no porto.

Não por acaso é bem aqui que fica um dos espaços mais especiais da Praia Grande, a feira! Antiga Casa das

Tulhas, o Mercado da Praia Grande merece uma visita especial só pra ele. Eu recomendo! Mas vamos por partes, que aqui tem história, arquitetura e cultura do nosso povo, tudo num só lugar, desde o século 17.

Já te contei sobre quando foi feito o aterramento aqui da área do porto, para melhorar o aspecto e o improviso da região. Logo depois, foi criado também o Terreiro Público, com uma série de barracas destinadas ao comércio. Em 1820, ele foi transformado em Casa das Tulhas, uma praça mais organizada, em torno da qual se comprava de tudo!

Esse espaço foi se transformando, foram chegando mais lojas, até que se criou, por fim, essa grande feira que você vê agora, a Feira da Praia Grande. É aqui que você vai encontrar peixe, fruta, tiquira, farinha, juçara, camarão seco e até Guaraná Jesus! Tem bar, tem restaurante, tem loja de roupa e de cachaça. Tem tudo do bom e do melhor.

ESTÁTUA DE DONA CORINA

Mas se você estiver só de passagem, feito a gente, também não precisa ficar de bucho vazio, porque aqui fora mesmo dá sempre pra achar um pregoeiro. Em homenagem a eles, está aqui a estátua de Dona Corina, vendedora de pirulitos artesanais, e do sorveteiro de caixa Bem-te-vi, marcados para sempre no coração da nossa cidade.

CÂMARA MUNICIPAL E PRAÇA NAURO MACHADO

Bem aqui onde hoje está a Praça Nauro Machado, se localizava o prédio da Alfândega do Maranhão e a sede da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Depois que ele foi demolido por suas precárias condições, a Alfândega recebeu então um novo prédio, em 1929, que hoje abriga a Câmara de Vereadores de São Luís.

A praça em si foi construída em 1982 e sua grande escadaria veio poucos anos depois, dando acesso a uma outra praça, na Rua do Giz. O nome dessa aqui é Nauro Machado, mais uma homenagem aos grandes poetas maranhenses.

TEATRO JOÃO DO VALE

Logo adiante está o Teatro João do Vale, criado na década de 1980 como um espaço vivo para as artes e a cultura no Maranhão. Mas a edificação é um pouco mais antiga, de 1950, construída para sediar um galpão para o depósito de açúcar. Depois, já como um teatro, foi batizado em homenagem ao cantor e compositor maranhense, conhecido como o Poeta do Povo, um dos expoentes do forró em todo o Brasil, autor de clássicos da nossa música, como Pisa na Fulô e Carcará.

CASA DO TAMBOR DE CRIOLA

Aqui está, por sua vez, mais um centro de referência de uma manifestação cultural essencial da nossa gente: o tambor de crioula. O sobrado original, típico da arquitetura luso-maranhense, foi devastado por um incêndio na década de 1970 e só em 2018 tomou a cara que tem hoje, pronto para receber o mundo todo para mostrar a história, os ritmos e as cores dessa

referência cultural dedicada a louvar os santos, em especial, São Benedito.

Nessa típica forma de expressão maranhense, de origem afrobrasileira, as coreiras dançam em roda, as toadas vão puxando o ritmo e os tambores são aquecidos e afinados no calor do fogo. Só aqui em São Luís, tem-se o registro de mais de 50 grupos de tambor de crioula, que se apresentam nas ruas, praças e terreiros, fortalecendo um símbolo da resistência dos negros maranhenses, que também é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil.

Imediatamente depois da Casa do Tambor está mais um belíssimo sobrado azulejado, que sedia o Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Por ora, nós vamos subir por aqui, para começar o caminho de volta até o Palacete da Rua Formosa. Mas recomendo que você percorra depois mais esse trecho da Rua da Estrela, seguindo até o Convento das Mercês e a praça de mesmo nome, que hoje abriga o Monumento à Diáspora Africana, já no bairro do Desterro.

→ Passe pela Praça Nauro Machado, depois suba até a Rua do Giz, dobrando à direita (sentido Convento das Mercês). Pode subir pela própria escadaria da praça, até a Praça Valdelino Célcio, ou então pelo Beco da Pacotilha (Rua João Vital).



Rua da Estrela, nº 327
(Curso de História da UEMA)

FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO.

13 RUA DO GIZ

Lá atrás, em nosso percurso, tiramos fotos na escadaria que marca o começo dessa rua, a Rua do Giz. Mas o que eu não te contei lá é que muita gente defende que essa é uma das ruas mais bonitas do Brasil! Se olharmos para a esquerda, lá está a escadaria! Daqui até lá, vocês já sabem, né? Mais um conjunto de belos exemplares da nossa arquitetura luso-maranhense.

Repare só nessa sequência de cinco casas térreas comerciais, com fachadas revestidas de azulejos marmoreados entre o cor-de-rosa e o vinho. Dentro de uma delas, inclusive, o número 155, está mais um painel figurativo de Edymar, chamado “Caravela”.

CENTRO DE CULTURA POPULAR DOMINGOS VIEIRA FILHO E SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MARANHÃO (SOLAR DA BARONESA)

Mas vamos deixar a escadaria para trás e seguir à direita onde, já de cara, temos duas edificações bem importantes. A primeira delas é o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, mais uma homenagem a um escritor local e um espaço cultural totalmente dedicado à cultura popular maranhense. O sobrado, em si, também é um tesouro. Inclusive, ele possui um pátio interno todo fechado em esquadrias, mas falaremos melhor disso logo mais, no Palacete da Rua Formosa, que também tem um desse tipo!

Imediatamente depois dele, vemos outro sobrado muito simbólico para a nossa arquitetura, o Solar da Baronesa. Construído em 1872, ele possui quatro pavimentos e ganhou fama como o sobrado mais alto da Rua do Giz, mas também pelo impressionante mosaico de pedras no piso do hall

de entrada - também semelhante ao que vamos ver, daqui a pouco, lá no Palacete da Rua Formosa. Até o século 20, essa edificação aqui foi de propriedade da Baronesa Mônica Teresa Raposo, conhecida como Baronesa de Anajatuba. Depois, abrigou alguns bancos até que, em 1988, passou a ser a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, aqui no Maranhão.

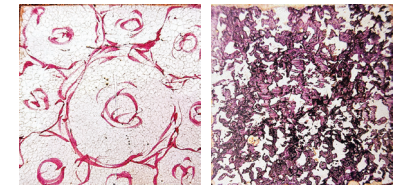
ESCOLA DE MÚSICA DO GOVERNO ESTADUAL

Está vendo essas muretas ornamentadas? Elas são parte do Solar Lilah Lisboa, a antiga proprietária do imóvel. Ela era uma professora de piano e promovia saraus de música por aqui, transformando sua residência em um centro de formação musical na cidade. O mais legal é que esse legado persiste até hoje, já que a casa foi transformada em sede da Escola de Música do Governo Estadual. Ah, e tem um detalhe: a entrada principal da casa fica do outro lado, na Rua da Estrela, com características bem coloniais, de estilo pombalino, enquanto esse lado de cá, na Rua do Giz, possui o jardim e a fachada de estilo *art nouveau*, atribuídos ao arquiteto italiano Gaspar Isonaloni. Chique, né?

Enquanto caminhamos, alguém saberia me dizer por quê essa rua se chama Rua do Giz? Durante o século 19, essa rua abrigava vários comércios da Praia Grande, além de residências de pessoas importantíssimas, membros da elite do Maranhão e alguns estabelecimentos bancários. Dizem, então, que o nome Rua do Giz veio daí: as cotações das mercadorias eram escritas de giz em quadros que eram expostos ao longo da rua, nas paredes dos bancos e casas de crédito.

Nessa última quadra antes de virarmos para a Rua Direita, chamo a sua atenção para esse belo painel em devoção à São Domingos da Queimada, localizado à nossa esquerda, no número 305. Esse tipo de painel de azulejos é chamado de “registro devocional”, aparecendo, geralmente, com imagens de santos ou anjos, e podendo ser aplicado tanto dentro quanto na fachada das edificações - como acontece neste aqui, produzido em Portugal, com a técnica majólica.

→ Vire à esquerda, na Rua Direita.



Rua do Giz, nº 149, 155, 161, 167 e 175



Rua do Giz, nº 155 (“Caravela”)



Rua do Giz, nº 305

FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012) E MÁRCIO VASCONCELOS.

14 RUA DIREITA

CENTRO CULTURAL VALE MARANHÃO

Está na hora de dobrarmos na Rua Direita, onde, bem nessa esquina, está o Centro Cultural Vale Maranhão, instalado em dois sobrados do século 19. Eles haviam sido unificados muitos anos atrás, para abrigar a sede do Liceu Maranhense, uma renomada escola da nossa região. E hoje funciona como um importante equipamento cultural - que vale muito a visita, hein?

Seguindo por aqui, já temos outra surpresa: mais um painel figurativo em azulejos, agora assinado por ELYAN, pseudônimo de Luis Carlos Carvalho Faria, um importante artista maranhense, autor de uma série de painéis produzidos entre 1970 e 1998. Ele dominava a azulejaria ludovicense daqueles tempos: produziu painéis, registros, letreiros e tantos trabalhos que hoje estão aí espalhados pela cidade, deixando tudo a marca da cultura azulejar ainda mais forte na nossa identidade. Além disso, ele também foi mestre desse ofício, repassando seus conhecimentos para outros azulejadores e artistas com produções vivíssimas até hoje, como é o caso de Paulinho - que assina uma obra lindíssima lá no Museu Nacional do Azulejo, onde já já chegaremos!

Por enquanto, este aqui é o painel “Índio”, de ELYAN, composto por 126 peças de azulejos!

Bom, e se você tiver boa memória, vai saber que estamos chegando na Rua da Palma, porque essa era a sequência de ruas que estava lá desde o primeiro desenho da cidade. Lembra que o traçado original formava um tabuleiro de xadrez? Esse primeiro conjunto de vias paralelas é justamen-

te esse que percorremos agora: Rua da Estrela, Rua do Giz, Rua da Palma e, logo mais, nosso ponto de chegada, a Rua Formosa.

→ Siga pela Rua Direita até a Rua Afonso Pena. Então, dobre à esquerda e siga em frente até o Palacete da Rua Formosa.

RUA AFONSO PENA

Outro ponto interessante quando observamos essa urbanização é justamente o nome dessas ruas. Além de muito poéticos, alguns deles foram mudando ao longo dos anos. Mas mudar nome de rua é fácil, difícil é apagar eles da memória coletiva! Um exemplo disso é a Rua João Vital de Mattos, que é como está nos mapas de hoje em dia. Mas, para os íntimos, ela é conhecida como Beco da Pacotilha ou Beco do Quebra Bunda. A Rua Portugal também pode ser chamada de Rua do Trapiche. E até a Avenida Pedro II ainda é lembrada como Avenida Maranhense. E em frente, à nossa esquerda, está a Rua Formosa, que hoje é Rua Afonso Pena - onde iniciamos nossa jornada hoje.

Nesse trecho da Rua Afonso Pena, entre a Rua Direita e a Rua Quatorze de Julho, temos mais exemplares de azulejos que valem a observação! Repare só: de um lado da rua estão os tapetes de azulejos portugueses, artesanais e em relevo do número 112; do outro lado, em contraponto, estão os azulejos industrializados do número 119. Cada um tem uma riqueza singular, não é? E juntos, eles tornam todo esse cenário muito mais especial!

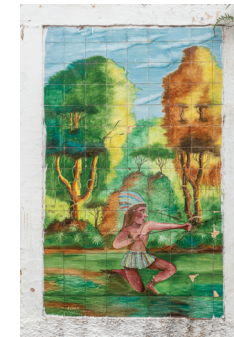
O número 119, vale dizer, é conhecido como Casa de João Mohana, carre-

gando o nome do padre e escritor que deixou importantes contribuições à literatura, à vida religiosa, à medicina e à preservação da memória cultural maranhense.

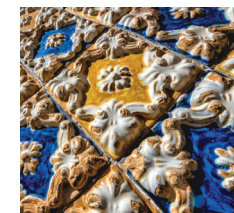
Ao passarmos pela Rua Quatorze de Julho, olhe para a direita: atravessando a avenida, essa mesma rua se estende como Rua de Santana, carregando o nome da igreja que ela abriga, poucas quadras adiante. E, novamente, se você gosta de azulejaria e de arquitetura religiosa, vale dar um pulo por lá também. Em sua sacristia há um painel hagiográfico em azulejo português raríssimo, produzido por volta de 1795! Esse nome é dado a esses painéis que representam os santos católicos e os episódios de suas vidas, e, neste caso aqui, ele faz referência à cena da Paixão de Cristo em que Nossa Senhora ampara seu filho Jesus. Na base do painel, há ainda uma referência a São Marçal, um dos nossos santos juninos, fechando o ciclo de festejos que tanto amamos aqui no Maranhão e em todo o Nordeste brasileiro!

FOTOS: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AZULEJAR DO MARANHÃO (2012), INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO: PAINEL FIGURATIVO EM AZULEJO (2025), ALBANI RAMOS E MÁRCIO VASCONCELOS.

Rua Direita, nº 213



Rua Afonso Pena, nº 112



Rua Afonso Pena, nº 119



Sacristia da Igreja de Santana





Desenho da fachada do Palacete da Rua Formosa, futura sede do Museu Nacional do Azulejo.

ACERVO INSTITUTO PEDRA.

15 PALACETE DA RUA FORMOSA

→ Se mantenha na calçada externa da edificação.

E cá estamos, finalmente, de volta ao nosso querido Palacete da Rua Formosa!

Com quase 200 anos de idade, ele é um retrato vivo da cidade, uma crônica social de São Luís. Ele foi construído para ser uma casa, mas com o tempo passou de tudo por aqui: clube de carnaval, Tribunal de Justiça, escola, jornal... é muita história dentro de uma casa só!

Essas transformações e diferentes usos ao longo dos anos vão retratando os costumes e os interesses dos ludovicenses, mas também revelam como a própria cidade mudou, década após década, desde sua fundação em 1612. Se estamos aqui hoje, é porque ele sobreviveu ao tempo!

E, muito em breve, esse lugar será um equipamento cultural muito importante para a cidade (e o país!), o Museu Nacional do Azulejo! Vai ser bonito demais ver obras de arte de várias partes do mundo aqui dentro e relacionar com as fachadas que a gente viu lá fora, conversando com as imagens que já temos na nossa memória! Por isso, essa é a melhor hora conhecermos os segredos das paredes, das formas e cores - tudo aqui tem história pra contar.

E se o Palacete é hoje esse corpo em exposição, a fachada é o rosto dele. Se imagine caminhando por aqui, lá em 1829, quando ele ficou pronto, e dando de cara com essa maravilha! O que você acha que essa fachada te conta sobre quem vivia lá dentro e sobre essa cidade?

Observe a simetria e a disposição em três andares, repare os balcões com os guarda-corpos de ferro todo adornado e as impressionantes estruturas em pedra em cada uma das portas e janelas. É um negócio chique, não é? A altura da edificação, a riqueza desses adereços, tudo aqui quer impor respeito e demonstrar grandeza. E é aí que a edificação conta a fofoca de que aqui viviam pessoas com dinheiro suficiente para investir não só em estruturas sólidas e duradouras, mas em cada mínimo detalhe que fizesse esse Palacete ser especial.

Outra coisa legal é que ele possui muitos elementos que se repetem de um jeito bem parecido em outros casarões do Centro Histórico. Ao longo do nosso passeio, a gente viu várias coisas que você vai perceber que se repetem por aqui. Lembra que observamos diversos casarões que também possuíam três andares, as sacadas, os gradis de ferro, a simetria, muitos desses elementos que agora também vemos aqui? São essas características em comum que ajudam a formar a harmonia dessa tal arquitetura luso-maranhense, que conta que esse Centro Histórico se desenvolveu num período específico do tempo.

Mas o melhor é que agora, finalmente, a gente pode entrar e observar por dentro o que é que essas casas têm!

Ah, mais um detalhe antes de a gente entrar. Note que o casarão possui não apenas uma, mas cinco portas de entrada! Isso porque, assim como muitas das casas por aqui, o Palacete da Rua Formosa também tinha um uso misto, sendo utilizado tanto como moradia quanto como comércio. Aqui, por exemplo, é possível que, pelo menos duas dessas entradas

tivessem sido pensadas, já desde o início mesmo, para estarem abertas ao público, para atividades de comércio, enquanto as outras portas levavam aos pavimentos superiores e às áreas mais íntimas, voltadas ao pátio e exclusivas de quem morava aqui.

Vamos entrar então, pela porta principal, porque somos convidados de honra!

→ Entre na edificação, pela porta principal, parando para observar as esquadrias em cantaria e o piso do saguão.

Essa estrutura que envolve portas e janelas, fechando e moldando os vãos é chamada de esquadria. Reparem como aqui na fachada do Palacete elas parecem uma escultura em pedra. Isso é o resultado de um valioso trabalho em cantaria, que é uma técnica tradicional que ensina a cortar a pedra em seu formato bruto até transformá-la em blocos menores e geométricos.

Aqui também já aparece outra marca do Palacete: esse impressionante mosaico do piso, feito com seixo rolado, que são essas pedrinhas arredondadas e lisas, entre lajeados em pedras de mármore de lioz, que é esse material que também já encontramos diversas vezes ao longo do nosso percurso, como na Escadaria da Rua do Giz. Parece um quebra-cabeças de pedra, não é incrível?

Ah, e deem uma olhadinha ali: estão vendo aqueles bancos feitos nos vãos das janelas, ao lado da porta principal? Eles são chamados “conversadeiras”, pensados e feitos para que as pessoas pudessem sentar e conversar enquanto observavam o movimento na rua. Muito boa ideia pra quem gosta de fofocar, né?

E, claro, a gente já dá de cara com essa escada magnânima, mas antes de subirmos por aí, quero que você dê uma espiada nessa outra sala, enquanto eu te conto uma história.

→ Depois, entre no salão à esquerda, para a sala lateral.

O Palacete da Rua Formosa, enquanto esse “exemplar da arquitetura luso-maranhense”, apresenta pra gente uma curiosidade bem interessante sobre os materiais que eram usados no Maranhão daqueles tempos. Em geral, a base utilizada para todas as casas daquele período - fossem grandes ou pequenas - eram pedra, madeira e barro. O que mudava mais era a forma com que eles eram trabalhados, com mais ou menos requinte ou complexidade, criando adornos, detalhes e adereços com esses materiais e, assim, revelando quem eram os donos do dinheiro.

Aqui, como você vai ver, requinte não faltava! Todo o Palacete, em cada pequeno detalhe, é cheio de luxos - que comprovam a grande riqueza das elites daquele período. Entre elas, estava a família de Antônio Gonçalves Machado, um comerciante português cheio da grana, que foi quem mandou construir isso aqui! Ele era casado com Francisca da Cunha Gonçalves Machado, com quem teve seis filhos, mas sua má sorte foi ter falecido apenas dez anos depois desse bellissimo sobrado ficar pronto.

Imagine só, gastou esse dinheiro todo e nem desfrutou dessa beleza por muito tempo! A construção em si esteve sob a gerência dos mestres construtores portugueses que atuavam em São Luís naquele período, mas ainda há um mistério sobre quem foi o verdadeiro autor de todo esse projeto.



Portadas e molduras em cantaria.

FOTOS: ALBANI RAMOS.



Janelas com conversadeiras.

FOTO: ALBANI RAMOS.

10 Rua Formosa **10**

ESTABELECIMENTO NOVO
A la ville de Maranhão.
Nesta casa encontra-se:

Um bello e variado sortimento de

ADERECOS interiores, melos ditos.

Rosetas—Brincos—Anéis—Botões para punhos e peitos; Alfinetes com brilhantes e coral e também sem elles.

CRUZES, com voltas de Perolas e brilhantes.

ALFINETES, com brilhantes brutos, (sem serem lapidados, como se achão na bagagem ou diamantina)

Relogios de ouro, veradeiros Inglezes, ditos de prata dourada Suissos.

CORRENTES
DO ULTIMO GOSTO COM PASSADROS e sem elles.

Correntões, Sinetes, &c., &c., tudo de ouro de lei, e do ultimo gosto.

GRANDE DEPOSITO
DE ARMAS:

Espingardas, pistolas, facas e fuzões; com a circumstancia não conhecida nesta provincia de que ver-se-ha armas de satenta e cinco tiros e pistolas de vinte quatro; espoletas, freios, estribos e espadas para officiaes.

OPTIMOS CHARUTOS BAHIANOS

HOTEL CENTRAL.

Os abaixo assignados proprietarios do hotel central annunciam, que amanhã 2 do corrente terá lugar a abertura do dito hotel no palacete da rua Formosa, do tenente-coronel Ruymando de Brito Gomes de Souza.

Desde as 11 da manhã estará aberto em exposição para todos as pessoas, que o quizerem honrar com sua vinita.

Desde as 4 horas da tarde haverá em um grande salão uma bem preparada mesa com profusão de iguarias, para as pessoas que quizerem jantar ou á noite cear, servindo-se ao jantar ou cda vinho bordeaux, sendo pago á porte outra qualquer bebida.

Preço 2\$000 por pessoa.

Maranhão 1º de junho de 1867.

Almeida & Porto.

Anúncio -
O Século, nº 17,
1859.

Anúncio -
Publicador
Maranhense,
nº125, 01-06-1867

Existem duas hipóteses: pode ter sido José Maria Alves, conhecido como José Maria Maquinista, ou Manuel José Pulgão, ambos arquitetos portugueses, responsáveis por importantes trabalhos aqui na cidade, em outras casas por aí. Mas a essa altura do campeonato você já sabe quem pegava no pesado, escolhendo madeira, talhando pedra e levantando telha né? Sem o trabalho braçal e intelectual que os indígenas e africanos faziam por aqui, não existiria Palacete e nem esses sobrados, palacetes e solares todos aqui do Centro Histórico.

É importante a gente sempre se lembrar disso: a imponência desses sobrados vem do dinheiro do algodão e do açúcar, uma riqueza erguida sobre o trabalho dos escravizados. Os mestres de cantaria, ferreiros, talhadores e carpinteiros negros deixaram suas marcas no ferro das sacadas, na pedra das molduras, no traço das escadas - em cada canto dessa história.

Agora, vamos até aquela outra sala logo ali.

→ Siga até a sala da direita.

Para entender tudo que já passou por este Palacete foi preciso fazer uma pesquisa muito detalhada. Buscando pelo endereço e pelos nomes e apelidos que ele recebeu em jornais antigos, documentos oficiais, censos do governo e muito mais, foi se formando uma linha do tempo cheia de informações.

Foi em um jornal ainda lá do século 19, por exemplo, que os anúncios revelaram que a "casa da senhora viúva Gonçalves Machado" abrigou aqui no térreo, logo nos primeiros anos, um comércio de peças luxuosas para casas, como castiçais e porcelanas, roupas masculinas e femininas, com peças bordadas e até acessórios para noivas.

Nos jornais da época, conseguimos encontrar, inclusive, anúncios para a compra de escravizados que viessem trabalhar por aqui. Dá uma tristeza danada pensar nisso, mas, infelizmente, essa prática era ainda muito comum.

Anuários e outros documentos do governo também mostram que em 1866, por exemplo, foi instalada aqui a Companhia de Iluminação a Gás, que funcionou nesta sala do térreo por muitos e muitos anos, dividindo espaço com escritórios de advocacia e outros comércios.

Imagine só essa sala cheia de candeeiros de cristal, globos e pingentes à venda!

Mas como tudo aqui é muito grande, você vai perceber que várias coisas aconteciam ao mesmo tempo, as salas iam sendo divididas e distribuídas entre comércios diversos, moradores, escritórios e mais um tanto de coisa.

Por exemplo: nessa mesma época também funcionou aqui um armazém chamado Felix Parcor e Companhia, que aqui vendia cortes de seda, espelhos, canivetes e adereços de ouro. O Hotel Central também passou por aqui ocupando os andares de cima e algumas partes aqui do térreo, incluindo o jardim. Ele ficava aberto não só para hóspedes, mas era um ponto de encontro da cidade. Dizem que o jantar de inauguração foi um luxo!

Os registros também mostram que, em 1870, o comendador Joaquim da Silva Leite comprou o Palacete dos donos originais. Os Leite foram, durante muitos e muitos anos, os donos disto tudo aqui e foi por isso que o casarão ficou conhecido como Solar dos Leite. Muita gente chegou a achar, inclusive, que eles eram os donos desde o começo, mas agora

é bom que você já sabe explicar que não foi bem assim!

Ah, espera aí que ainda tem mais: esse piso térreo também recebeu a Biblioteca Popular Maranhense que possuía mais de 3 mil livros em sua coleção. Só que essa aí, coitada, não durou muito por aqui, porque recebia muito pouco investimento para continuar funcionando.

Em meio a tudo isso, já em 1944, começa um capítulo à parte da história do Palacete: quando ele foi comprado por Assis Chateaubriand. Alguém aqui já ouviu falar dele? Quase toda grande cidade do Brasil deve ter uma rua ou prédio com o nome dele, o homem era um jornalista e político influente, foi o fundador dos Diários Associados, a principal rede de comunicação do Brasil durante décadas!

Logo que esse grupo de empresas de comunicação chegou por aqui, eles já compraram o jornal O Imparcial, que existia há quase 15 anos. Depois eles compraram outro jornal que já existia por aqui, A Pacotilha - lembra do nome do beco.

Agora, imagine só a estrutura necessária para sediar um jornal - daqueles de papel mesmo, era tudo impresso! Quantas salas, mesas, máquinas, arquivos... tudo isso ficava aqui! No térreo, ficava justamente o setor de impressão. Estas mesmas salas foram, por décadas, ocupadas por máquinas imensas, o chamado "parque gráfico" do jornal. E para que elas não trepidassem, o piso de pedra de cantaria teve que ser retirado daqui! Nos outros andares ficavam as partes administrativas, operacionais e a redação, dividida entre dezenas de jornalistas e fotógrafos.

Mas vamos imaginar olhando diretamente pra onde tudo isso acontecia?

Venham, vamos começar a encarar aquela longa escadaria.

→ Retorne ao hall de entrada e suba até o primeiro nível da escada, onde está a reserva técnica. Mesmo que o acesso não esteja liberado, faça uma breve parada.

Opa! Dá só uma espiada aqui. Essa pequena sala vai abrigar, em breve, a reserva técnica do Museu. Ela vai ser aberta ao público, viu? Mas muito antes disso, ela já era o arquivo do jornal. Foram anos e anos de publicações e informações guardadas por aqui.

Enquanto a gente sobe, vá reparando a beleza que é essa escadaria. Olhe a largura dela: dizem que cabe até oito pessoas em cada piso do degrau, vamos testar?

Toda feita em madeira de lei, ela impressiona pelo tamanho, mas também pela riqueza de detalhes do guarda-corpo, com essas curvaturas e balaustres torneados - esses pilares aqui, que dão a base do corrimão, formando o que se chama de balaustrada. Vejam como ela é toda trabalhada! Daqui de onde estamos, olhe para cima, onde a escadaria leva até o mirante. Ela vai serpenteando até o topo do Palacete, se afunilando e criando curvas muito bonitas de se ver e mais difíceis de se fazer do que a gente pode imaginar.

Lembre que naquela época não tinha computador, nem impressora 3D nem nada disso. Era uma inspiração, um molde e muita mão de obra até construir peça por peça, talhar ma-

A escadaria, em imagem da década de 1970 (acima) e durante a obra de restauro (abaixo). Possível observar as curvas e detalhes da balaustrada.

FOTOS: ACERVO IPHAN (ACIMA) E ALBANI RAMOS (ABAIXO).





Detalhe das folhas verdes e brancas nas portas dos balcões.

FOTOS: ALBANI RAMOS.

deira por madeira e ir formando esse desenho lindo. E o pessoal que tomou conta de cada um desses detalhes na obra de restauração também teve que fazer assim, viu? Porque quando a obra começou, ela mal parava em pé, alguns degraus já nem existiam. Foram dez meses dedicados à restauração desta escada! Cada uma das peças e degraus foi recuperado, cada centímetro pensado para deixar o prédio tão bonito quanto ele merece!

Pelo que eles nos contaram, a escadaria foi uma das partes mais desafiadoras da obra toda, porque é um trabalho de arte. Ah, e tem um segredo: até dar certo e ficar bonito assim, foram várias tentativas. E os operários contam que, às vezes, ouviam uma risada fantasmagórica por aqui, que debochava da dificuldade deles. Mas, quem ri por último ri melhor: eles deram conta, e cá está a escada pronta e bonita como sempre deveria ter sido!

→ Suba até o primeiro pavimento e vá até uma das salas da esquerda, com vista para a rua.

E chegamos ao primeiro piso! Eu não me canso de achar cada detalhe desse aqui bonito, veja só os pisos de madeira. Ali estão, novamente, as esquadrias de pedra, contornando as janelas. Dali, temos a vista para a Rua Formosa - vamos lá ver. Ela se chamou assim desde o comecinho da cidade, naquele desenho original, até 1906, quando mudou de nome e passou a se chamar Rua Afonso Pena - o nome do presidente do Brasil na época. Mas a numeração continuou a mesma de sempre, número 10. Só depois que ela mudou também de número, e o endereço do Palacete passou a ser Rua Afonso Pena, 46.

Um jeito interessante pra gente observar o passar do tempo aqui no



Bandeiras das portas: foto acima com a flor de lótus, e à direita quadriculada.

FOTOS: ALBANI RAMOS.



Palacete são as portas. Um primeiro traço que a obra de restauração fez questão de deixar aparente foi nas cores. Perceba que temos ali uma folha da porta verde e outra branca, uma em frente à outra: as verdes são as mais antigas e dá pra saber disso porque elas estão embutidas na parede, antes da cantaria, enquanto as brancas sinalizam um momento posterior da edificação, onde o vidro já era um material mais acessível.

Também dá para perceber isso observando as bandeiras, aqueles vãos acima das portas. Além de muito bonitos, eles ajudam na iluminação e na ventilação das casas. Mas você vai reparar, entre esta sala e a do lado, que as bandeiras têm desenhos diferentes. As mais antigas são essas com o formato de uma flor de lótus, depois vieram as quadriculadas.

Porque imagine: a cada novo uso que a casa recebia, era preciso fazer uma ou outra adaptação, abrir uma porta a mais, dividir um ambiente. Com o tempo, as estruturas internas foram se modificando, mas nunca houve uma transformação grandiosa a ponto de desconfigurar totalmente o Palacete original. E são nesses sinais que ele vai se revelando pra gente: pelos formatos, pelos tipos de materiais usados e outros segredos assim.

→ Caminhar para outra sala.

Em 1860, esses andares de cima ganharam um uso inesperado: como Colégio Nossa Senhora da Soledade, fundado por uma mulher (uma raridade para a época!) e focado na educação de meninas. As razões da escolha do Palacete para abrigar a escola são relatadas em um anúncio de jornal: por ser este “um dos melhores edifícios da cidade, pela sua amplidão, localidade e exposição”.

Na década seguinte, a casa também passou a sediar o Clube Familiar, dedicado aos bailes da sociedade da época e exclusivo para sócios. As pessoas entravam pela porta principal e seguiam pela escadaria, até ocupar este primeiro andar - que, na época, se dividia em seis salas e um grande salão principal. Tinha banda e até orquestra nessas grandes festas, que entravam noite adentro. Dizem até que, por algum tempo, esse foi considerado o melhor salão de baile da cidade!

E veja só que coisa interessante: esse Palacete aqui é citado e descrito em um trecho do livro *O Mulato*, de Aluísio Azevedo. Escrito em 1881, ele é, ainda hoje, um marco da literatura brasileira, inaugurando o período que se chamou de Naturalismo e fazendo uma importante crítica social ao racismo ainda tão presente naquela época. E é justamente um dos bailes do Clube Familiar que aparece na história de Aluísio Azevedo, descrevendo os trajes da época, a escadaria repleta de flores e a riqueza dos espelhos, portas e cortinas!

Mais tarde, um novo clube foi aberto aqui, chamado Clube Euterpe. Nas salas laterais, como esta, as pessoas se divertiam em ambientes adaptados aos jogos diversos, como jogos de bilhar, xadrez ou baralhos, enquanto a varanda recebia os bailes e conferências de intelectuais, como escritores e poetas. Era comum que a noite começasse no Teatro Arthur Azevedo e terminasse aqui, com música e dança!

O Clube Euterpe funcionou aqui até 1910, quando o Palacete passou a servir como Palácio de Justiça, sediando o Superior Tribunal de Justiça. Veja que mudança brusca de um uso para outro: de salão de baile para sede da

Justiça! São coisas totalmente diferentes e, com isso, é de se esperar que ele tenha recebido novas adaptações e pequenas obras.

→ Caminhar para o salão/varanda das venezianas verdes.

Em 1922, outra grande mudança: os andares superiores passaram a abrigar uma outra escola! Era o Colégio Rosa Castro, que ensinava meninas e meninos, mas que também funcionava como internato para as meninas. A ideia era de que elas seguissem aqui desde o jardim de infância até conquistarem seu diploma como professoras. E isso tudo, claro, com o térreo ainda funcionando normalmente como comércio!

A escola ficou aqui por 10 anos e, assim que se mudou: os bailes voltaram! Vieram então os clubes Inferno Verde, depois o Jazz União e o Forna de Vulcano, que funcionavam especialmente nas temporadas de carnaval. Na época do Inferno Verde, vale dizer, foi instalada uma enorme decoração de serpente, na base da escadaria, para receber os convidados! Você consegue imaginar?

Logo depois, mais uma vez, outra escola foi sediada aqui: o Colégio Ateneu Teixeira Mendes, também funcionando como internato e externato, uma instituição reconhecida em toda a cidade. E adivinhem só o que veio depois da escola?

Outro local de festas, claro, o Cassino Brasil, que se espalhava pelos luxuosos salões, lindamente ornamentados e iluminados, incluindo um bar e um restaurante - tudo aqui, distribuído nestes mesmos ambientes.

Já no período em que tudo isso foi ocupado pelo jornal *O Imparcial*, a partir de 1944, o chamado “pisso da re-

dação”, onde estamos agora, passou a incluir a sala da diretoria, estantes repletas de livros e até um laboratório de fotografia. Imagine só essas mesmas salas aqui repletas de mesas e de jornalistas, investigando e noticiando, dia após dia, as informações mais importantes da cidade. Eu consigo até ouvir, na imaginação, o tec tec tec das máquinas de escrever tomando conta de tudo!

E é bem aqui que vai funcionar o educativo do nosso Museu Nacional do Azulejo. Ainda existe muita história para ser escrita sob essas paredes!

Ah, e aqui, é claro, o mais impressionante são essas janelas! A vista dá para o pátio interno, venham ver. Mas se a gente olha de cá, dá pra ver que, de cima a baixo, se forma essa imensa fachada de venezianas. Antes de entrar, nós observamos a fachada externa, que eu chamei de rosto do Palacete, lembra? Essas janelas aqui são parte da fachada interna, que se forma toda pelas esquadrias e por essas estruturas inclinadas de madeira, as ripas.

Mas antes, vamos subir pela escada mais uma vez, até o piso superior, onde você vai perceber essas mesmas estruturas no salão principal. Vamos?

→ Subir até o último pavimento e entrar direto na varanda de venezianas.

Aqui estão novamente as venezianas, um belo exemplo da nossa genialidade quando se trata de arquitetura. Elas deixam o vento entrar ao mesmo tempo em que protegem da chuva e do sol e, com isso, nos ajudam a encerrar o clima tropical da cidade - uma estratégia excelente vinda de uma época em que ninguém nem pensava em ar condicionado. Quando chegar-



Foto do Palacete, que permite ver a fachada de venezianas. Observe como as esquadrias ocupam toda a parede interna.

FOTO: JOE TRINDADE/FUMPH.

O contraste entre as venezianas e o forro do teto, em espinha de peixe.

FOTO: ALBANI RAMOS.



mos ao pátio, você vai ver como elas ficam lindas!

Daqui de dentro, ainda dá um outro contraste: o equilíbrio perfeito que elas formam com o forro do teto. Esse revestimento em tiras de madeira vai criando um padrão geométrico em V que se repete formando um desenho chamado, por razões óbvias, de espinha de peixe.

Esse belo forro é outra característica bem comum nas casas ludovicenses, e foi mais um importante elemento atualizado pela obra de restauração. Vale lembrar que, como era típico nas construções daquele tempo, todos os elementos da arquitetura tentam extrair o melhor dos dois mundos, juntando funções estéticas e práticas. O forro, por exemplo, é esse acabamento que traz um charme para o Palacete, mas que não é só isso, servindo também para proteger do calor, do barulho e da poeira.

Nos tempos dos Diários Associados, também funcionou neste piso a Rádio Gurupi! Além dos estúdios, ficava aqui uma discoteca, guardando os inúmeros discos de LP com as músicas que tocavam na rádio. Mas a emissora foi fechada no final da década de 1970, pela Ditadura Militar e, depois disso, o espaço passou a abrigar uma lanchonete e um refeitório para os funcionários do jornal.

Nos primeiros anos da década de 1990, o famoso grupo de comunicação se despediu do Palacete, depois de quase 50 anos aqui neste mesmo endereço. É por isso que o casarão é, ainda hoje, conhecido por muitos como a sede do jornal O Imparcial.

→ Caminhar até o salão do outro lado, de frente para a Rua Afonso Pena.

Antes de subirmos um pouco mais, temos mais um segredo a ser revelado. Mas antes, eu pergunto: do que vocês acham que são feitas essas paredes? Alguém aí já parou pra pensar?

Um dos grandes tesouros do Palacete da Rua Formosa está escondido bem aqui, debaixo do nosso nariz, oculto dos nossos olhos. Dentro das paredes. Eu explico: para construir esta sólida edificação, foi utilizada uma técnica chamada de gaiola pombalina.

Imagine só que, em 1755, aconteceu um terrível terremoto lá em Lisboa, a capital portuguesa. Uma tragédia danada, muita coisa se estragou.

Naquela época, Portugal possuía uma espécie de primeiro-ministro, chamado Marquês de Pombal - talvez você já tenha ouvido falar dele. E o cara ficou famoso, entre várias outras coisas, justamente porque precisou reorganizar tudo por lá, reconstruindo muita coisa com rapidez e modernidade depois da tragédia. Ao mesmo tempo, eles tinham o desafio de desenvolver técnicas e estratégias para proteger as cidades de problemas como aquele, com estruturas mais estáveis e resistentes.

O Marquês de Pombal deu conta do recado e essas estratégias desenvolvidas na época ficaram conhecidas como "arquitetura pombalina". E aí você já sabe o que acontecia naquelas idas e vindas de navios de Portugal para o Brasil, do Brasil para Portugal, né?

Nunca chegou terremoto pelas bandas de cá, ainda bem, mas a nossa arquitetura luso-maranhense aprendeu muito com o trauma dos portugueses. A gaiola pombalina é uma dessas técnicas e marcou a história da engenharia moderna!



Na imagem é possível ver, à esquerda, as cruces de Santo André na parede de gaiola pombalina. E, na direita, a realização do preenchimento na parede de tabica.

FOTO: ALBANI RAMOS.

É assim: uma grandiosa estrutura de madeira é construída dentro das paredes, formando uma espécie de esqueleto da edificação. A base dessas estruturas são as paredes com vãos em arco lá do térreo. A partir delas, as peças de madeira são cruzadas em forma de X (um elemento que se chama cruz de Santo André), se encaixando entre si e entre cada um dos pavimentos, como se fossem um Lego, e só depois as paredes são erguidas em barro, garantindo mais agilidade na construção, mas também mais segurança e estabilidade. É tecnologia de primeira!

É muito provável que foi graças a isso que o Palacete da Rua Formosa resistiu ao passar dos tempos até aqui. Quando a obra de restauração começou, já se sabia que essa estrutura existia, mas ninguém tinha ideia do

quanto ela poderia estar mal tratada. Foi aí que as tecnologias dos tempos de hoje foram utilizadas para ler cada uma dessas paredes.

Por exemplo: sistemas que medem a temperatura dos materiais, como se fizessem um raio-x, permitiram que engenheiros, arquitetos e operários vissem a casa por dentro, entendendo como estava sua saúde. Foi preciso examinar tudo, em alguns momentos tirando algumas camadas de pele para poder avaliar os ossos, as estruturas mais internas.

Nesse processo, eles descobriram também algumas paredes mais novas, feitas ao longo dos anos e desses tantos usos que o Palacete teve. Diferentes das originais, elas revelavam sua idade pela diferença entre as técnicas construtivas, já que algumas delas eram em taipa de mão (o também



Acima vista da fachada com destaque para os balcões. À direita, detalhe para os adornos de ferro forjado sendo restaurados.

FOTO: ALBANI RAMOS.



chamado pau a pique, que trança varas de madeira com barro amassado) ou em alvenaria de pedra e de tijolo.

A partir desse diagnóstico, os responsáveis pela obra foram criando as soluções necessárias para proteger o Palacete. Em alguns casos, foi preciso trocar as madeiras que já não sustentavam mais as paredes, refazendo algumas delas por inteiro. E assim eles recuperaram não só os detalhes e os ornamentos que vimos até aqui, mas a estrutura interna do sobrado todo, incluindo seus ossos e órgãos internos que estavam doentes, até que esse corpo vivo pudesse voltar a respirar de novo, mas ainda se mantivesse inteiro e esplendoroso como sempre merecia ter sido. É uma história muito bonita a desse Palacete da Rua Formosa!

Vejam como é bonita a vista ali dos balcões - muito cuidado e não se debrucem neles, hein? Daqui dá pra vermos bem o Largo do Carmo e a Praça João Lisboa e, olhando para a direita, o caminho da Rua Formosa! E aproveite para ver de pertinho a riqueza dessas grades de ferro forjado: reparem como são elegantes os desenhos produzidos por elas.

Vimos alguns outros como esses durante o nosso passeio pelo Centro Histórico, não foi? Mais uma característica típica da arquitetura de São Luís!

Vamos agora para a parte mais alta do Palacete: o mirante. Mas repare bem como a escada ficou mais estreita e que agora já não cabem mais oito pessoas por degrau. Do térreo até o mirante são 14 metros de altura, conectando cinco pavimentos ao longo de 83 degraus! Nessa etapa, quero pedir que tenham ainda mais cuidado e que subam todos com atenção, se dividindo com calma pelo espaço

para que todos possam apreciar o topo - e, claro, a vista!

→ Subir até o mirante. Se o grupo for grande, dividir para que subam aos poucos.

Esse espaço do mirante não foi sempre assim como vocês observam agora. Em um determinado momento da história do Palacete, ele era todo aberto, para os quatro lados. Depois, em 1908, fecharam as laterais numa das reformas, mas foi mantida essa vista privilegiada para os fundos, de onde se vê a Baía de São Marcos.

Lá está o mar, soberano, nos ajudando a contar a história de São Luís, recebendo as águas dos rios Anil e Bacanga. Daqui também se vê o mar de telhados que compõem o nosso Centro Histórico. Veja como eles parecem ondas: as telhas vão se organizando nas diferentes alturas e tipologias das casas, protegendo seus moradores do sol, das chuvas e dos ventos.

Vista a partir do mirante. Detalhe para a chaminé do Palacete, as torres da catedral e o edifício do IPHAN.

FOTOS: GABBIE RIBEIRO.



Vista da escadaria, com tapete de pedras de lioz no térreo.

FOTO: ALBANI RAMOS.

Daqui dá pra ver também a planta do Palacete, veja como ele faz o formato de um L, com a chaminé ali na ponta. Ali à direita estão as torres da Catedral Metropolitana, seguido pelo Palácio do Comércio, que já sediou também o Hotel Central. Se não me engano, aqueles telhados são justamente os dos sobrados da Avenida Portugal, um conjunto icônico pra gente reparar nessa arquitetura luso-maranhense e com uma série de fachadas repletas de azulejos, de cima a baixo, como é o caso da sede da FUMPH. E aquele amarelinho é a parte dos fundos do Solar da Baronesa de Anajatuba, na Rua do Giz, que hoje é a sede do IPHAN e tem, no seu hall de entrada, um mosaico de pedras parecido com o que temos aqui. Logo ali adiante, veja só, o majestoso painel de Antônio Almeida representando nossa cultura. Perceba como o Palacete da Rua Formosa está integrado à cidade, cravado no coração desse Patrimônio Mundial. E como é bom já reconhecermos esses caminhos!

Por falar nisso, é hora de a gente descer pela escadaria, este outro caminho que já conhecemos, até nos encontrarmos de volta no térreo, para a nossa última parada no pátio do Palacete. Vamos nessa, mas mais uma vez: com muita atenção aos degraus.

→ **Descer direto até o térreo e encaminhar o grupo pelo corredor abaixo da escada, que leva ao pátio.**

Seguindo por esse belo tapete de pedras de lioz que nos leva até o pátio interno, observe só: esses são os tais arcos que apoiam as estruturas da gaiola pombalina que revelamos lá em cima. É a partir daqui que a estrutura das paredes do Palacete se levanta!

E, finalmente, chegamos ao pátio, esse espaço que é o miolo do casarão, seu espaço mais interno e privado. Daqui podemos observar com perfeição a planta do Palacete em L, que articula a parte comercial, a íntima, a social e as áreas de serviço. Mas o que mais chama atenção é a maravilha dessa fachada de venezianas!

Na fachada virada para a rua, as esquadrias de pedra ajudam a compor as paredes. Mas aqui do pátio, nessa fachada de trás, as paredes são as esquadrias.

Essa é mais uma característica comum aqui de São Luís, mas a diferença aqui é o seu tamanho: são quase 11 metros de esquadrias até o mirante! Por serem de madeira, elas também acabaram se desgastando muito ao longo do tempo e, por isso, esse foi um outro desafio da obra de restauração. Ah, e tem um detalhe importante: todas essas esquadrias foram restauradas por uma pessoa só, porque é preciso ter conhecimento específico e mão de obra especializada nisso para garantir que o trabalho fique bem feito. Incrível, né?

Antes da obra, essas esquadrias também não eram verdes, e sim num tom de marrom. Mas durante os trabalhos, o pessoal encontrou uma camada anterior de tinta, neste verde, e escolheram manter assim, combinando com as portas verdes lá da fachada exterior. Uma belíssima escolha!

Mas o pátio, em si, também tem seus mistérios. Uma escavação foi feita por aqui para investigar o que essa área poderia estar escondendo. E os achados revelaram conchas, algumas moedas e tijolos de vários períodos diferentes e até mesmo um poço, bem na divisão do terreno com o vizinho, demonstrando que ele deve

ter sido compartilhado entre os dois donos durante um bom tempo.

Ah! Foi também assim que o piso original foi encontrado. Ele era feito de uma pedra preta, com caminhos de tijolos cerâmicos, a cerca de 40 centímetros abaixo do nível da área coberta do pátio. Ali ao redor do poço vocês podem ver que tem uma calçadinha: nela tem um trecho com esse piso mais antigo, mostrando o material e a altura originais.

Esse trabalho de detetive feito pela restauração também achou algumas pinturas artísticas nas paredes do casarão - e ninguém sabia disso antes. Mas encontraram! Ah, encontraram peças enormes de pedra de lioz onde antes ficava o maquinário do jornal, debaixo de uma camada de cimento. Dá pra acreditar? Cada uma delas foi removida e reaproveitada em outras áreas do próprio Palacete, como na rampa de chegada até aqui e nas bases desses pilares entre a parte coberta e a aberta aqui do pátio.

E a equipe também fez questão de deixar claro onde eles mexeram, deixando marcas sutis do que foi modificado desta vez: aqui no pátio, por exemplo, repare que o piso de pedra portuguesa tem um acabamento diferenciado, mais brilhoso, em verniz. Assim, no futuro, o Palacete também vai contar que no início dos anos 2020, uma grandiosa obra foi feita aqui.

A verdade é que depois da saída do jornal O Imparcial, nos anos 1990, esta edificação tão importante para a nossa história passou anos fechada, sem uso. E uma casa como essa, se fica vazia e solitária, pouco a pouco, começa mesmo a se deteriorar.

Imagine lá na sua casa: você e sua família se mudam, deixam tudo vazio

e sem ninguém pra cuidar. Quanto tempo você acha que vai demorar até que tudo comece a se encher de cupim e de umidade, até que as pinturas das paredes descasquem, e as madeiras e vidros comecem a cair? Não é muito tempo, não.

Por isso é que esse Palacete é um sobrevivente! Ele foi adoecendo, ruindo e correndo sérios riscos. Num certo momento, precisou até ser ajudado por uma equipe de resgate, quando as paredes estavam perdendo a firmeza. Pensem só como isso poderia ter sido desastroso, quanta história e riqueza teriam se perdido!

Em 2023, a obra de restauração começou, em uma iniciativa da Prefeitura de São Luís, por meio da FUMPH, e com parceria do Instituto Pedra, recuperando cada detalhe e reestruturando o que já não tinha mais jeito. E aqui está ele, finalmente, como novo de novo! Esse cuidado foi muito aguardado e necessário, e é graças a ele que agora temos de volta essas portas, janelas, balcões e esquadrias prontos para nos receber, marcando um novo momento dessa história tão bonita e cheia de aventuras.

Logo mais, vai se iniciar um novo capítulo, com o Museu Nacional do Azulejo, repletos de novas histórias e tesouros que ajudam a interpretar o azulejo através dos tempos. Ele será muito mais do que um espaço museológico, mas uma nova forma de pensar esse patrimônio azulejar dentro da cultura nacional e internacional, produzindo conhecimento e reforçando essa nossa identidade.

Seu acervo será de uma riqueza à parte, já que está sendo composto por parcerias e cooperações Brasil e mundo afora! Um rico acervo portu-

guês virá para essas nossas paredes, lado a lado com peças de vários outros países. Mas, claro, no coração do nosso Museu estarão as peças brasileiras, de artistas de renome nacional como Portinari e Athos Bulcão, e os mais contemporâneos como Adriana Varejão e Alex Cervený, além de um espaço garantido para os artistas e azulejadores maranhenses, como Paulinho, Silvana Mendes e Thiago Martins de Melo.

É com orgulho que a gente diz que esse vai ser um museu nacional - assim reconhecido oficialmente, porque foram consideradas a relevância desse acervo que está sendo montado para cá, mas também a importância histórica, artística e cultural do patrimônio azulejar maranhense e o potencial educativo desta nova instituição. Vale lembrar, claro, que tem um valor enorme pra gente poder trazer para o Maranhão, para o nosso Nordeste, um equipamento cultural desse porte, um museu para não deixar a desejar com nenhum outro pelo país!

O Museu Nacional do Azulejo é um investimento no nosso passado, mas, sobretudo, no presente e no futuro da cidade e de sua gente. E é, ainda, um marco na cena cultural do Brasil. Te esperamos aqui para novos encontros e pra gente escrever, juntos, um futuro onde espaços como esses sejam respeitados e protegidos por cada um de nós!

Até a próxima!

FOTO: ALBANI RAMOS.



Bibliografia consultada e sugestões de leitura

ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva de. *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.

ALCÂNTARA, Dora Monteiro de e Silva; BRITO, Stella Regina Soares de; SANJAD, Thais Alessandra Bastos Caminha. *Azulejos em Belém do Pará: Inventário Arquitetura civil e religiosa século XVIII ao XX*. Brasília/DF: Iphan, 2016.

ANDRADE, Cláudia Nunes de Lima e. *Solares ludovicenses: entre a etimologia e a tipologia, a criação de um patrimônio*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (org.). *Centro Histórico de São Luís, Maranhão: patrimônio mundial*. São Paulo: Audichromo Editora, 1998. 114 p.

ARANHA, Graça. O meu próprio romance. Introdução e notas de Jomar Moraes. Depoimento de Nazareth Prado. 4ª edição. São Luís: Alumar, 1996.

AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Luís: Typ. do Paiz, 1881.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigos 215 e 216. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. *Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013*. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm.

BRITO, Stella Regina Soares de; LIMA, Rogério Henrique Frazão. Solar dos Leites em São Luís do Maranhão: história, morada oitocentista e suas técnicas construtivas pombalinas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 3., 2019, Salvador. *Anais do 3º CIHCLB*. Salvador: Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, Universidade Federal da Bahia, 2019. p. 1735-1748.

BRITO, Stella Regina Soares de. *Inventário de conhecimento: painel figurativo em azulejo do século XX em São Luís/MA*. São Paulo: Instituto Pedra, 2025.

CUTRIM, Luisa Moraes S. *Palacete Rua Formosa | São Luís: relatório de pesquisa*. [S. l.]: Instituto Pedra, [s. d.].

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. 2. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63 p.

IBRAM. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram, 2018. 130p.

IBRAM. *Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram, 2017.

ICOMOS. *Historic Centre of São Luís (Brazil): advisory body evaluation (ICOMOS)*. Paris: UNESCO World Heritage Centre, 1997. World Heritage Nomination No. 821. Disponível em: <https://whc.unesco.org/document/154366>. Acesso em: 16 ago. 2026.

IPHAN. *Política do Patrimônio Cultural Material*. Brasília, DF: Iphan/Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf.

LIMA, Zelinda Machado de Castro e (org.). *Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão: 2004, 2005, 2006*. São Luís: Santa Marta, 2012. 510 p.

LIMA, Zelinda Machado de Castro e (org.). *Azulejos de Fachada em São Luís do Maranhão*. São Luís, Unigraf, 2018. 71 p.

LOPES, José Antônio Viana. *Guia Turístico Cultural São Luís: Patrimônio Mundial*. 1. ed. São Paulo: Quererres Edições, 2024. 204 p.

LOPES, José Antônio Viana. A cidade como um jogo de espelhos: o debate do desenvolvimento urbano e a difusão dos valores do patrimônio cultural em São Luís nos anos 30. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15., 2018, Rio de Janeiro. *Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. v. 1. p. 1-17.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO MARANHÃO. *Estudos de mercado e boletins do turismo*. São Luís: Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão, [s. d.]. Disponível em: <https://observatorio.turismo.ma.gov.br/estudos-de-mercado/>.

PRADO, Luiz (coord.). *Manual do Centro Histórico: São Luís, um patrimônio do mundo*. Pesquisa e texto: Déborah Gouthier. Fotografias: Albani Ramos. São Paulo: Quererres Edições, 2024. 28 f.

SÃO LUÍS (Município). *Lei nº 4.735, de 28 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre a criação do Centro de Referência Azulejar de São Luís e dá outras providências. São Luís, 2006.

SERRA, Astolfo. *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão*. Ilustrações de Percy Lau. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Varandas de São Luís: gradis e azulejos*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. 180 p. (Roteiros do Patrimônio, 11).

SIMÕES, João Miguel dos Santos. Azulejaria no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 9-18, 1959.

SOUZA, José Arilson Xavier de; SILVA, Elisabete de Fátima Farias (org.). *Dossiê inventário participativo patrimônio cultural do bairro do Desterro: laços afetivos e*

comunitários no habitar o centro histórico de São Luís/MA [livro digital]. São Luís: EDUEMA, 2026. 178 p.

UNESCO. *Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília, DF: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>.

UNESCO. *Interpretation and communication*. Paris: UNESCO World Heritage Centre, [s. d.]. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/faq/290>.

ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. São Luís-MA: urbanismo de influência portuguesa. In: FÓRUM INTERNACIONAL DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO BRASIL-PORTUGAL, 9., 2023, São Luís. *Anais do 9º FIPA – Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal*. São Luís: EDUEMA, 2023. p. 278-288.



Ficha técnica

INSTITUTO PEDRA

Diretoria

Diretor-presidente

Luiz Fernando de Almeida

Diretor-executivo

Weber Sutti

Diretor de projetos

Norton Ficarelli

Equipe de projetos

Gerentes e coordenadores de projetos

Júlia Maria Carro

Louise Uchôa Lopes Pereira

Marcela Rezek Calixto

Natália Bogas Gradin

Analistas de Projetos

Caetano Goulart

Fadel Gutierrez

Assessor de comunicação

Oscar Munhoz Neto

Analista de Comunicação

Maria Júlia Scheibner

Produtora cultural

Isabella Atayde Henrique

Operações

Diretor de operações

Alessandro Percinoto Pompei

Gerentes de projeto arquitetônico

Benjamim Saviane

Mariana Victor de Faria

Arquitetos

Amanda Albino Moraes dos Santos

Ana Lúcia Gamarra Gaete

Ana Luiza Teixeira Silva

Bernard Cassiano Greim

Fernanda Galloni

Layla Farina Kamilos

Leonardo Moura de Mello

Paola Trombetti Ornaghi

Priscilla Nunes de Mendonça

Fernandes

Rafael de Almeida Carvalho

Estagiárias

Roberta Caetano

Tamie Ueta

Museologia

Gerente de museologia

Viviane Vitor Longo

Coordenador técnico de museologia

Eduardo Polidori Villa Nova de

Oliveira

Analista de museologia

Lucas Florêncio Costa

Administrativo-financeiro

Diretora administrativa-financeira

Carla Calixto

Advogada

Ana Paula Mazarin do Nascimento

Oliveira

Estagiária

Vitoria Viturino

Coordenadores

administrativos-financeiros

Elizabeth Cristina Ramiro Cilli

Denys José Nascimento da Silva

Analistas administrativos-financeiros

Vitória da Silva Cates

Bruna Gouvêa Cesar

Gabriel de Souza Silva

Danielle Peres

Assistente financeiro

Henrique Lima de Oliveira

Auxiliar de serviços gerais

Maria Cícera de Moraes Jesus

Assessora administrativa-financeira

Letícia Theodora Pinheiro da Silva

Assessora em gestão de pessoas

Mariana Ferreira Corrêa

Membros associados

Associados fundadores

Luiz Fernando de Almeida

Sylvia Maria Nelo Braga

Associados mantenedores

Iara Rolnik Xavier

Jurema de Sousa Machado

Norton Ficarelli

Weber Sutti

Conselho fiscal

Maurício Carlos Cruz

Roberto Campos de Lima

Rodrigo Cavalcanti

Conselho consultivo

Ana Paula Amendoeira

Francisco Javier López Morales

Juan Luis Isaza Londoño

Maria de las Nieves Arias Incollá

Román Fernández-Baca Casares

PUBLICAÇÃO

Pesquisa e texto

Déborah Gouthier

Pesquisa, consultoria de conteúdo e revisão

Kátia Santos Bogéa

Stella Regina Soares de Brito

Projeto gráfico e diagramação

Fiteiro

Apoio editorial

Isabella Atayde Henrique

Júlia Maria Carro

Maria Júlia Scheibner

Oscar Munhoz Neto

Gabbie Ribeiro

Imagens

Acervo FUMPH

Acervo Instituto Pedra

Acervo IPHAN

Albani Ramos

Erich Hess

Gabbie Ribeiro

Inventário do Patrimônio Azulejar

do Maranhão

Joe Trindade

Luiz Casimiro de Queiroz

Márcio Vasconcelos

Shutterstock

Imagem de capa

Gabbie Ribeiro

TODAS AS IMAGENS E CONTEÚDOS
DESTE LIVRO POSSUEM DIREITOS DE
IMAGEM E NÃO DEVEM SER REUTILIZA-
DOS SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DOS
RESPECTIVOS AUTORES.



Ministério da Cultura, Prefeitura Municipal de São Luís, BNDES e Vale apresentam
Palacete da Rua Formosa: Novo Polo Cultural e Turístico de São Luís
PRONAC 212833



APOIO



PATROCÍNIO



GESTÃO



REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
CULTURA

